



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2017-----

-----ACTA NÚMERO DOIS-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, coadjuvado pela Primeira Secretária, Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins e pelo Senhor Segundo Secretário, Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas.-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, três: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.---

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Ponto três, dois: Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para o Concelho Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Município.-----

----- Ponto três, três: Eleição de um Presidente da Junta para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.-----

----- Ponto três, quatro: Eleição de um Deputado para integrar o Conselho Local de Ação Social de Manteigas.-----

----- Ponto três, cinco: Designação de dois Representantes para a Comissão Organizadora da Mostra de Atividades Económicas do Concelho de Manteigas.-----

----- Ponto três, seis: Eleição de um Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.-----

----- Ponto três, sete: Designação, pela Assembleia Municipal, dos quatro comissários para integração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Manteigas, no mandato 2017/2020.-----

----- Ponto três, oito: Ao abrigo dos números 1 e 2 do art.º 83º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, eleição de dois Deputados Municipais, pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal diretamente eleitos, para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Ponto três, nove: Eleição de um Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Municipal de Toponímia. -----

-----Ponto três, dez: Apreciação, discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2018. -----

-----Ponto três, onze: Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro (artigo 59.º n.º 6, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). -----

-----Ponto três, doze: Apreciação, discussão e votação da modificação ao orçamento – Revisão n.º 2/2017. -----

-----Ponto três, treze: Apreciação, discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 2018. -----

-----Ponto três, catorze: Deliberação sobre a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

-----Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. --

-----Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Primeira Secretária, o Senhor Segundo Secretário, os Senhores Deputados Municipais: António José Ascensão Fraga; Luís José dos Santos Melo; Oriana Marina Cleto Abreu Moraes; Nuno Manuel Matos Soares; Luís Ferrão Saraiva; António Miguel Aldeia Carvalho; Odete da Graça David Ganilha Almeida; Eduardo de Matos Monteiro; Alfredo Serra de Carvalho Marcelo; António Pedro Santos Leitão; Joaquim Martins Fonseca Albuquerque; Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino; Joaquim Neves Biscaia; Paulo Manuel dos Santos Costa; Carlos Manuel Figueiredo Viegas; Nuno Miguel Fernandes Gonçalves. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, e os Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia Célia Maria Ramos Moraes, José Manuel Saraiva Cardoso, e Francisco José Botão de Elvas. -----

Às treze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, saudou todos os presentes, fez votos que os próximos quatro anos de mandato sejam de trabalho profícuo, realizado de forma conjunta por todos os membros do Órgão Deliberativo, independentemente dos partidos políticos. Declarou que vai seguir as regras gerais pelas quais se deve pautar uma Assembleia Geral. Considerou que quem preside a uma Assembleia Geral tem de ter uma única função, coordenar trabalhos, tentar estabelecer harmonia para tudo funcionar bem, não pode sequer opinar sobre os assuntos. Recordou que, já na última reunião, tinha declarado que quando quisesse intervir na qualidade de Deputado, delegaria a presidência da Mesa na Primeira Secretária, de forma a poder ocupar o seu lugar como Deputado, uma vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que foi para isso que tinha sido eleito. Agradeceu a todos, especialmente aos Senhores Deputados Municipais, que lhe enviaram mensagens de incentivo, apoio e de simpatia. -----

Disse que ia fazer uma breve análise à constituição do atual Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo. Fez alusão a um artigo publicado no mês de novembro, no “*Público*”, cujo título do artigo é: “*Há geringonças Autárquicas de todos os tipos*”. Explanou que o termo “geringonça” foi usado, inicialmente, de forma depreciativa, pelo PSD contra o novo conceito de juntar pessoas de ideias políticas diferentes na gestão do País. A análise nacional que foi realizada refere que: há vinte Autarcas que irão governar em minoria, em catorze distritos diferentes; dos Autarcas eleitos sem maioria absoluta, dezasseis são do PS, seis do PSD, seis da CDU, três independentes e um do CDS. É ainda mencionado que das ditas “geringonças autárquicas” tudo foi possível: PS mais CDU; CDU mais PS; CDU mais PS, mais PSD; CDU mais PS, mais CDS; e as mais comuns são PS com o PSD ou com o CDS. Relativamente ao nosso distrito, na Meda não houve acordo entre PS e PSD, em Celorico da Beira o PSD pensa distribuir pelouros, mas à data ainda não eram conhecidos, e em Manteigas não houve aliança. -----

Informou que no Município de Manteigas os pelouros foram distribuídos pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Senhora Vice-Presidente, sendo que os restantes membros da Câmara não têm pelouros atribuídos. Neste contexto, referiu que os pelouros do Senhor Presidente da Câmara são: a coordenação geral; planeamento estratégico; segurança e proteção civil; cooperação externa; recursos humanos; administração geral; promoção, desenvolvimento e planeamento estratégico; atividades económicas; candidaturas a quadros comunitários; comunicação e relações públicas; jurídico e contencioso; gestão informática; relação com as freguesias; fiscalização municipal, ordenamento do território; autoridade veterinária; compras e aprovisionamento. Os pelouros assumidos pela Senhora Vice-Presidente da Câmara são: escolas; educação e juventude; ciência e cultura; movimento associativo, desporto e tempos livres; turismo e promoção turística; ação social, formação e emprego; saúde; gestão documental, arquivo e biblioteca; infraestruturas municipais; habitação social e parque habitacional; ambiente e aproveitamento energético; trânsito; feiras mercados e cemitérios; património municipal e toponímia; parque automóvel e oficinas; gabinete técnico florestal e áreas protegidas; desporto e tempos livres e património escolar. -----

No artigo é ainda dito que, em muitas Assembleias Municipais, verificou-se também a existência destas alianças, destas ditas “geringonças”, tendo considerado que a Assembleia Municipal de Manteigas também é representativa dessa situação. -----

Deu conhecimento que foram estabelecidas novas regras, tendo sido definido que antes de cada Assembleia Municipal, será feita uma reunião com os líderes de todas as forças partidárias que têm assento neste Órgão Deliberativo, com a finalidade de se discutir calmamente e se perceber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

as ideias que cada um defende, por forma a poder coordenar melhor os trabalhos. Propôs que essa reunião prévia seja sempre realizada no dia da sessão da Assembleia Municipal, pelas catorze horas. Comunicou que, na reunião prévia que ocorreu nesta data, foram definidas, conjuntamente pelos líderes das forças partidárias presentes nesta Assembleia, listas únicas para serem presentes a votação, em dez dos pontos que estavam agendados na Ordem de Trabalhos desta sessão. Solicitou ao Executivo, a cedência de um espaço onde a Assembleia Municipal possa para arrumar a sua documentação em suporte papel e onde possam decorrer as reuniões prévias já mencionadas. Pediu ainda que, caso seja possível, se adquira um ecrã para ser colocado no teto do Salão Nobre e um *Data Show*, com a finalidade de permitir a realização de apresentações aos Senhores Deputados, ou até mesmo a convidados de outras Câmaras, do Governo Central, ou de outras instituições que venham a esta Assembleia, e dessa forma poderem ter um maior *know how* técnico. Compreendia que aquisição solicitada é onerosa, mas, no seu ponto de vista seria interessante. -----

Explanou que esta intervenção foi longa, contudo trata-se de uma introdução para quatro anos de mandato desta Assembleia Municipal. Questionou se alguém desejava usar da palavra relativamente às propostas de trabalho que apresentou. Não tendo havido inscrições para intervir sobre esta matéria. -----

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando que não existiam inscrições, deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1-----

RSPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM -----
----- FICADO ESCLARECIDAS -----

----- No seguimento de não ter havido inscrições de munícipes para intervir, no ponto dois um, nada havia a esclarecer, como tal foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos pelo Senhor Presidente da Mesa. -----

-----PONTO 2.2-----

-----APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra informou que durante a reunião prévia que teve com os líderes da várias bancadas da Assembleia Municipal, foi proposto pela Bancada do Partido Socialista, na pessoa do Senhor Deputado António Fraga, que na página 4 da Ata n.º1, no terceiro parágrafo, deveria ser eliminado um trecho do texto, como tal onde se lê: *“Declarou que tinha tentado que a Mesa da Assembleia fosse constituída, também, por um*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

elemento do PSD e outro do PS, sendo uma tentativa simbólica de unir” (...) até (...) “mais oportuna para a realização da referida Assembleia.”, deverá ser eliminado do texto da Ata e deverá ler-se: “Fez votos que o PSD e o PS colaborem conjuntamente e que o mesmo aconteça no órgão Executivo”. Declarou que concordava com tal proposta. Questionou se mais alguém desejava apresentar propostas de alteração à Ata n.º 1, verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que na página 4, no segundo parágrafo, onde é eleito representante das Juntas de Freguesias, nos congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, à semelhança dos mandatos anteriores, não é delegado ao Congresso XXIII, mas é eleito como delegado na Associação Nacional de Municípios Portugueses. Como tal, onde se lê: “Os abaixo assinados propõem para o congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses” (...), deverá ler-se: “Os abaixo assinados propõem como delegado aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses” (...). -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, deixou votos de boas festas. Referiu que na página 3, após a lista apresentada pela Bancada do Partido Socialista para eleição do Primeiro Secretário da Mesa, deverá constar uma intervenção que realizou, nesse momento da reunião do dia 21-10-2017. Face ao exposto na página 3, imediatamente a seguir ao nome de “Carlos Manuel Figueiredo Viegas” deverá ser aditada a seguinte intervenção: “Foi chamado à atenção, pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, o facto de o Senhor Deputado Paulo Costa ainda não ter tomado posse como Presidente de Junta da Freguesia de Freguesia de Santa Maria e, por isso, não parecer estar legitimado a votar naquela sessão da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, neste seguimento solicitou que, também fosse aditada à Ata n.º 1, a resposta que proferiu no seguimento dessa intervenção do Senhor Deputado Pedro Leitão. Como tal, deverá ser aditado na página 3, imediatamente a seguir à intervenção do Senhor Deputado Pedro Leitão a seguinte redação: “O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, respondeu que a qualidade de Deputado era inerente à função de Presidente da Junta, e por isso, estava legitimado.” -----

*----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número um da sessão da Assembleia Municipal, de vinte de outubro de dois mil e dezassete**, à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. Sendo que no momento da votação não se encontrava presente a Senhora Deputada Oriana Morais, para exercer o seu direito de voto. -----*

----- PONTO 2.3 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento que a Mesa da Assembleia recebeu vários jornais da *Associação, Voz da Misericórdia*, sendo que ficarão disponíveis para quem os desejar consultar. Informou que foram recebidos vários convites para diversos eventos, nomeadamente, o “Certame de Vinhos e Sabores de Pinhel”, da Câmara de Pinhel; dos Bombeiros Voluntários de Manteigas para a festa anual; da Junta de Freguesia de Santa Maria; o convite de jantar e convívio de Natal da Associação Desportiva de Manteigas; o convite para a Ceia de Natal do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas; e o convite para a comemoração dos 90 anos do Senhor Padre Salvado. ----- Comunicou que foram recebidos vários correios eletrónicos do grupo parlamentar “**Os Verdes**” sobre temas como: o Programa de Autoproteção em caso de incêndio florestal; o Projeto de Resolução para a sensibilização de estratégia de proximidade, evitar ignição de fogos florestais; a defesa e proteção integrada da Bacia Hidrográfica do Tejo; o Projeto de Resolução que apresentaram à Assembleia da República e que visa promover a igualdade salarial, entre mulheres e homens; a defesa por um serviço postal público e da qualidade e privatização dos CTT. Foi ainda recebida uma missiva que foi remetida ao Excelentíssimo Senhor Presidente Assembleia da República sobre reposição das telecomunicações, nas áreas afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro. Explanou que já deu orientações ao serviço de Apoio à Assembleia Municipal, para que toda a correspondência que é enviada para o e-mail institucional da Assembleia Municipal, seja reencaminhada, de imediato, para todos os Senhores Deputados. Reduzindo, desta forma, o tempo que se ocupa neste ponto da Ordem de Trabalhos. ----- Aludiu que, há um membro do Órgão Deliberativo que não utiliza e-mail, portanto a forma de contactar será sempre por carta registada e, inclusivamente, as informações e os e-mails que são trocados no âmbito da Assembleia Municipal, são impressos e remetidos para este. Indicou que, futuramente, vai enviar por e-mail, para todos os membros da Assembleia Municipal, as leis que regem este Órgão autárquico, nomeadamente a Lei 7-A/2016 de 30 de março, a Lei 75/2013 de 2013 de 12 de setembro e a Lei 42/2016 de 28 de dezembro. Explicou que o objetivo é permitir que todos os Senhores Deputados tenham acesso a essa legislação e aos mesmos instrumentos de trabalho. ----- Disse que considerou ser pertinente fazer uma análise profissional de todos os elementos da Assembleia Municipal. O objetivo dessa análise é que todos possam contribuir com os diferentes saberes e conhecimentos, para o bem comum, com vista a uma entajuda relativamente às matérias de diversas áreas que serão apreciadas pela Assembleia Municipal. Mencionou que o Órgão Deliberativo é composto por dez licenciados, em diversas áreas e por não licenciados, sendo estes últimos os que têm uma experiência impressionante de vida dentro das suas áreas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas

de trabalho, como tal podem prestar informações muito úteis. Prosseguiu referindo que dos dezanove Deputados, quatro não residem em Manteigas, dos três elementos que constituem a Mesa da Assembleia, dois não residem em Manteigas, o que obriga a um trabalho muito mais intenso por parte quer dos elementos da Mesa, quer dos elementos que não residem no concelho. Referiu que este facto determina uma série de questões, mas não minimiza a possibilidade de todos trabalharem conjuntamente e para o bem comum, que é Manteigas. -----

Informou que esteve presente no XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, juntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que o apoiaram nesta que foi a sua primeira presença neste evento. Em síntese, referiu que os temas abordados no congresso foram: a descentralização administrativa; transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais; finanças locais, Quadro Comunitário 2020; Próximo Período de Programação pós 2020; Relatório de Atividades da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Gestão Económica e Financeira; Parecer do Conselho Fiscal; o Anteprojeto da proposta de Lei das Finanças Locais. Explicou que este anteprojeto vai conferir mais verbas às Autarquias. No que me diz respeito, as Assembleias Municipais, informou que o evento teve comunicações livres, há uma lista única para a direção, para os vários conselhos, e as pessoas ou votam ou não. Explanou que, segundo o estudo prévio que fez sobre este processo, a lista única é composta em função dos partidos que dominam a nível nacional, quem tem maior votação autárquica encabeça estas direções. -----

Disse que, no seu ponto de vista, a intervenção feita pela Senhora Helena Roseta, foi muito interessante, falou em nome de vinte e três Presidentes de Assembleias Municipais, referiu vários pontos, nomeadamente, a necessidade de reforço do papel da Assembleia Municipal; o aumento do número de atribuições e competências dos Municípios; e a urgente alteração do Regime Jurídico, para integrar estes conceitos e aumentar a dignidades das Assembleias Municipais. Informou que o Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro, também esteve presente neste Congresso, tendo referido que tinha sido entregue pelo Governo à Assembleia da República, propostas para descentralização das finanças locais, com a criação do Fundo de Financiamento Local e contribuição direta do IVA, em função das necessidades locais. Referiu que nesse congresso houve quem defendesse aproveitar o *Brexit* (a saída da Grã-Bretanha da Europa), para refazer a Política Agrícola Comum (PAC) na CEE. Assim como, reformular todas as questões sobre a floresta; fazer finalmente um cadastro rústico e da utilização dos solos; incentivar os investidores privados na Autarquia. Indicou que outro ponto de ordem que foi entregue pelo Governo à Assembleia da República para provação, é a reflorestação do país. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro referiu na sua intervenção, que até quinze de março os privados têm que limpar as zonas de segurança das estradas e das habitações, tendo sido já publicado um decreto-lei sobre essa matéria. Só posteriormente, as Autarquias podem assegurar essa matéria contra ou a favor dos privados. Informou que neste âmbito o próximo Orçamento de Estado de 2018, contemplará uma verba de oitenta milhões de euros (80.000.000,00€), tendo ouvido na rádio que vai haver cerca de um milhão de euros (1.000.000,00€), só para incentivar os cuidados de preservação da floresta. -----

Recordou que enviou aos Senhores Deputados um artigo do Senhor José Manuel Pavão, Presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, tendo referido que concordava com este, quando disse que *“o órgão central do poder democrático são as Assembleias Municipais, a quem compete tomar as deliberações mais importantes do Município e fiscalizar as atividades do executivo, que perante ela responde pelas suas ações”*. É referido ainda no seu discurso, que: (...) *“é necessário e urgente valorizar as Assembleias Municipais, o que na nossa opinião não está a ser feito, sendo hoje unanimemente conhecido, que as Assembleias Municipais precisam de uma reforma. Daí que a escolha dos eleitos para esse órgão deve ser cuidadosa e criteriosa, garantindo qualidade e empenho, pois do seu trabalho e organização depende a boa funcionalidade e respeito das suas competências.”* (...) *“É neste contexto e com os olhos no horizonte de um Poder Local mais dinâmico, qualificado e participado que surge a Associação Nacional das Assembleias Municipais, ANAM, cujo número de adesões em breve permitirá obter o estatuto de parceiro do Estado e que terá ainda o seu primeiro congresso no início do novo ano que se aproxima. Estamos convictos de que graças ao empenho e dedicação dos autarcas fundadores, o municipalismo português sairá revigorado e mais genuíno como todos desejamos e que no futuro as assembleias municipais terão alcançado e garantido o estatuto e correspondente tratamento que a Constituição consagra e os eleitores têm direito.”* ----

Referiu que tinha sido remetido pelo INE dados estatísticos sobre a realidade do concelho de Manteigas, sendo essa uma matéria, que já numa reunião do anterior mandato, tinha sido abordada, contudo nessa altura os dados estavam desatualizados. Os dados que agora foram remetidos pelo INE estão atualizados se forem fidedignos, são importantes e uma boa ferramenta de trabalho, como tal serão remetidos aos Senhores Deputados. Aludiu que um outro tema que pretendia abordar prendia-se com a Pousada de São Lourenço, tendo sugerido que este tema fosse agendado para uma próxima reunião da Assembleia Municipal. Indicou que foi remetida uma carta para todos os Municípios, tendo a mesma, também, sido remetida ao Presidente da Assembleia Municipal, cujo conteúdo dessa missiva refere que as obras da Pousada de São Lourenço não podem avançar, porque há um impedimento posto por parte dos representantes dos Baldios. Este assunto já se encontra a ser resolvido nas estâncias judiciais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu

Referiu que após ter tido conhecimento desta situação, no dia nove de dezembro entrou em contacto com o Senhor Dr. João Tomás e com o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria, tendo sido acordado que se iriam reunir os três, para tranquilamente discutir esta matéria. -----

Informou que tem vindo a estudar muito bem este processo, desde a edificação da Pousada de São Lourenço até à atualidade e também a história de todo o trabalho realizado pelos Baldios. Explanou que, o problema real é que Manteigas tem a necessidade de investidores, o Senhor Dr. João Tomás tem feito um trabalho muito interessante, investiu na Casa das Penhas Douradas, Design Hotel e SPA, teve vários prémios a nível internacional e nacional, emprega vinte e dois trabalhadores nessa unidade hoteleira, realizou um investimento de três milhões de euros (3.000.000,00€) e tem noventa mil clientes até ao momento. Por sua vez, a Pousada de São Lourenço foi edificada entre o ano de 1939 a 1941, esteve parada durante a II Guerra Mundial e depois voltou novamente a ser construída. Nessa estrutura o Senhor Dr. João Tomás já investiu 3,5 milhões de euros, previa a abertura dessa unidade hoteleira para dois mil e dezoito e tinha previsto criar vinte e cinco postos e trabalho. Além destes investimentos, possui lojas de Burel, esteve já em doze Feiras (Paris, Londres, Nova Iorque, Tóquio, entre outros países), está no *Museum of the City* de Nova Iorque, representando o Burel como produto de Manteigas e da Serra da Estrela. Só nesta área teve um investimento de quinhentos mil euros (500.000,00€), emprega cinquenta trabalhadores e está presente em vinte e cinco países. -----

Em suma, considerou que este investidor emprega setenta e duas pessoas e futuramente, se a Pousada de São Lourenço for aberta, empregará o total de cem pessoas, na prática ele já investiu em Manteigas sete milhões de euros (7.000.000,00€). Por outro lado, os Baldios têm feito muito trabalho no concelho, como a plantação de árvores autóctones, folhosas, para além de todo um trabalho espantoso na tentativa de florestação e de preservação da floresta e também empregam nove pessoas. Os Baldios têm como função manter os conceitos de utilização do cerro, da terra pela comunidade, nessas atividades que são agropastoris, da floresta, no seu ponto de vista têm feito um trabalho de excelência. Afirmou que esta é a “guerra” mais antigas que existe, que se prende com o domínio das terras e do dinheiro que estas representam. Deu conhecimento, que ainda sobre esta matéria, recebeu um ofício do Senhor Presidente da Câmara, cujo conteúdo refere: *“Em complemento, apenas posso informar que também tomei conhecimento da comunicação da gerência da empresa, “Casa das Penhas Douradas” ao Sr. Presidente da Assembleia Geral do Baldios de Santa Maria. Enquanto Presidente da Câmara nada mais me compete, uma vez que o processo se encontra nos Tribunais para ser dirimido. De resto não compete à Câmara Municipal dirimir sobre questões de posse entre terceiros, sendo um assunto dos Tribunais.”* Informou que a Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

também se viu envolvida neste processo judicial, sendo-lhe exigido a anulação da licença de construção e de utilização, que emitiu à Pousada de São Lourenço. -----

Declarou que estava a tentar incentivar esforços para juntar estas duas entidades, nas pessoas dos dois representantes máximos, o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios, Senhor Dr. Paulo Costa, e o Senhor Dr. João Tomás, que têm estado em litígio. Apelou aos Senhores Deputados que estudem muito bem este assunto, para na próxima Assembleia Municipal ser discutido, com a finalidade de tentarem ajudar na resolução deste conflito. Explanou que entende que o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios, Dr. Paulo Costa, lute pelos Baldios, que é uma entidade que já existe há muitos anos, e sem dúvida que este tem feito um excelente trabalho nessa área. Contudo, esta situação preocupa-o, porque o concelho necessita de desenvolvimento com base no Turismo, como tal tem que se apoiar os investidores. Por sua vez, o Senhor Dr. João Tomás tem feito um trabalho excelente, como investidor e também é um freguês da Freguesia de Santa Maria. Trata-se de um processo muito complexo. -----

Declarou que compreende os interesses das pessoas, compreende que os Baldios quisessem ficar com a Pousada, porque está em terreno dos Baldios, mas isso acontece com todas as Pousadas de Portugal, que foram construídas em terrenos dos Baldios, que o Estado apropriou antes do 25 de Abril, situação posteriormente não foi alterada. A título de exemplo, referiu que no caso de Unhais da Serra, os proprietários do Hotel H2O tiveram mais sorte, porque todo aquele terreno era dos Garrett, foi oferecido à Junta de Freguesia de Unhais da Serra, que por sua vez cedeu os terrenos ao investidor, por ter considerado que seria um ótimo investimento para a população de Unhais, visto que um hotel de luxo atrai visitantes. Em Manteigas isso não aconteceu. Explanou que uma questão que é necessário ver, é até onde vão os limites dos Baldios, isto é sempre muito difícil, porque não há documentação sobre a matéria, é uma informação que tem vindo a passar de geração em geração, ou seja: se o meu avô, que era pastor, me disse que sempre utilizou aquele terreno e o avô do meu avô já dizia isso, tal é dado como certo. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu a palavra para clarificar que a situação não se passava da forma como estava a ser descrita, o Senhor Presidente da Assembleia estava a fazer alguma confusão sobre essa matéria, mais em concreto sobre os documentos relativos aos limites de baldio, existem e são bem claros. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu a sua explanação referindo que a sua função nesta Assembleia é coordenar os trabalhos, apenas tinha manifestado a sua preocupação relativamente a esta matéria, porque após ter lutado tanto pelo Hotel H2O em Unhais, sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and initials in blue ink.

considerou que a Pousada de São Lourenço seria em Manteigas um excelente investimento, tal como foi o referido hotel em Unhais. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

----- PONTO 3.1 -----

----- APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que este documento foi remetido para todos os membros da Assembleia Municipal, tendo solicitado previamente, logo após a tomada de posse do Órgão Deliberativo, que fossem apresentadas propostas de alteração ao mesmo. Propôs que a metodologia de apreciação e de votação do Regimento, fosse realizada ponto a ponto. Deu conhecimento que para além da sua proposta foi-lhe entregue mais duas propostas, uma da Senhora Deputada Odete Ganilha e outra proposta do Grupo Unir e Mudar Manteigas. Questionou se para além destas propostas, mais alguém desejava apresentar sugestões de alteração ao documento. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro, solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Declarou que é um orgulho imenso e uma responsabilidade ainda maior para si, pertencer a esta Assembleia Municipal, onde tem tantos amigos nas diversas Bancadas. No que diz respeito ao Regimento, referiu que não remeteu as suas propostas de alteração ao mesmo, porque a Senhora Deputada Odete Ganilha já tinha enviado as alterações que ambos propunham, sendo que por esse motivo não tinha respondido ao e-mail do Senhor Presidente da Mesa. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que ia apontar algumas incongruências factuais e temporais, por exemplo, no artigo 3º *Competências da Assembleia Municipal*, alínea s) está desatualizada a questão de a Assembleia deliberar sobre o Conselho Local de Educação, uma vez que já foi criado há uma década, todo o país já tem este Conselho. No seu ponto de vista o texto deveria ser alterado para o acompanhamento do que se passa no Conselho Local de Educação, toda a Assembleia tem necessidade de ter conhecimento das políticas territoriais. Nesse sentido propôs que fosse alterada essa alínea para a seguinte redação: *“Deliberar sobre o Acompanhamento das Políticas Locais de Educação.”* Considerou que a alínea w) do artigo supramencionado, não se aplica a Manteigas, como tal pode ser eliminada. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha cumprimentou todos os presentes, desejou Boas Festas e deixou votos de que os próximos quatro anos de mandato sejam evolutivos e favoráveis ao concelho de Manteigas. Desejou as boas-vindas a toda a Assembleia Municipal, sublinhou a parte feminina e jovem presente neste Órgão Deliberativo, tendo dito que é algo que constata com agrado. No que concerne ao Regimento, na reunião prévia a esta sessão não deu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para debater esse assunto, no entanto considerou que seria bastante exaustivo analisarem o Regimento ponto a ponto, tal como foi proposto pelo Senhor Presidente da Mesa. Na sua opinião, podia-se adiar a discussão deste ponto, uma vez que não foram apresentadas muitas sugestões de alteração ao documento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que tinha a síntese de todas as propostas. Como as propostas foram realizadas por Bancadas distintas e tem que existir um consenso, no seu ponto de vista, seria mais correto ser discutido ponto a ponto, porque as pessoas na globalidade podem concordar com as alterações que são propostas para um determinado ponto e não concordar com as propostas que são sugeridas para outro ponto. -----

-----A Senhora Deputada Oriana Morais, no uso da palavra recordou que há quatro anos atrás, para agilização do processo, constituiu-se uma Comissão de Trabalho, tendo em contas as diversas Bancadas, os conhecimentos e a vida profissional de cada um. Após ser alterado o Regimento foi elaborada uma proposta, que passou pelo Senhor Presidente da Mesa (que deve coordenar o grupo de trabalhos) e foi remetida a todos os membros da Assembleia. Sugeriu que fosse constituída uma Comissão de Trabalho para apresentar uma proposta de alteração ao Regimento. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, chamou à atenção que as alterações que o grupo municipal Unir e Mudar Manteigas propôs, são relativas à antecedência com que é feita a convocatória das Reuniões da Assembleia Municipal e a antecedência com que os membros da Assembleia podem apresentar propostas para serem inseridas na Ordem do Dia, embora os prazos mínimos se mantivessem. Sendo que estas pequenas alterações, a serem aceites pela Assembleia Municipal, podiam já ter influência na próxima reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que não concordava especificamente com essas propostas referidas pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, uma vez que o período de cinco dias que é sugerido, é contra o que vem disposto na Lei, que define que a convocatória deve ser remetida com onze dias de antecedência. Por outro lado, o prazo sugerido é muito limitado, sendo que pretendia que este mandato fosse pautado pelo tempo suficiente, com que os documentos eram remetidos para todos os membros da Assembleia Municipal, com a finalidade de todos começarem a trabalhar mais cedo, nos assuntos que vêm a reunião. -----

-----A Senhora Deputada Oriana Morais, solicitou a palavra, disse que concordava com o Senhor Presidente da Mesa, pois é precisamente o interesse de ordem pública que exige, que os Senhores Deputados da Assembleia Municipal tenham o máximo de tempo possível para estudar os diversos dossiês. Referiu que por esse motivo já no anterior mandato tinha proposto a criação do grupo de trabalho, porque não é a mesma coisa estudar uma alteração em casa e coaduná-las com as várias fontes jurídicas, ou ouvi-la aqui pela primeira vez nesta reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou a **proposta da Senhora Deputada Oriana Morais, relativamente à constituição de uma Comissão de Trabalho, para elaboração do novo Regimento da Assembleia Municipal**, à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Declarou que até ser elaborado o novo Regimento Municipal, mantem-se em vigor o atual. Explanou que a sua proposta ia no sentido de que se deve dar o tempo máximo de antecedência às pessoas para estudarem os documentos; a duração das sessões não deve ultrapassar a meia-noite, caso haja necessidade de prolongar, deve-se continuar no dia seguinte, até à meia-noite do segundo dia. Referiu que foi anulado o ponto que remetia para um prazo de cinco dias, pois na última atualização à Lei 75/2013 de 12 de setembro, tal deixou de se verificar; outro ponto que também foi anulado é a forma de convocatória. A única forma de convocatória formal é o Edital. A partir daí as pessoas podem ser convocadas em função do que a Mesa decidir. Explicou que uma das suas propostas ia no sentido de conservar a floresta portuguesa e tornar o envio dos documentos mais célere e mais fácil, facilitando, inclusivamente, o trabalho dos funcionários que prestam apoio à Assembleia Municipal. Nesse sentido referiu que propunha que toda a documentação fosse remetida por e-mail ou inserida na *Cloud*, contudo previa uma alínea, para permitir a quem não concordasse com isto e quisesse continuar a receber a documentação em papel, com carta registada, poder fazê-lo. Recordou que, inclusivamente, um dos Senhores Deputados sempre recebeu toda a documentação por carta registada e assim continuará a ser, porque não tem e-mail. -----

Propunha ainda que a Ordem de Trabalhos das sessões ordinárias fosse enviada com quinze dias de antecedência sobre a data da reunião e nas sessões extraordinárias fosse remetida com oito dias de antecedência. Fez alusão que no artigo 18.º do Regimento, a forma como está ordenado cada ponto da Ordem de Trabalhos, não corresponde à realidade, como tal deve ser indicado que as reuniões começam, sempre, com a Intervenção do Público, têm um período de Antes da Ordem do Dia e um Período da Ordem do Dia. Citou o artigo 31.º: *“as Atas, ou texto das deliberações mais importantes serão aprovadas automaticamente em minuta, no final das reuniões, desde que aprovadas por maioria, sendo assinadas pelo Presidente que as lavrou”*. Explicou que até à data, no fim das reuniões, todas as deliberações tinham de ser votadas no sentido de serem aprovadas em minuta, se isto já estiver exarado no Regimento sabe-se que todas as deliberações, quer a Atas ou os textos são aprovados em minuta no fim da reunião, facilitando toda a metodologia. -----

Solicitou que cada Grupo Parlamentar indicasse o nome de um Deputado para constituir esta Comissão de Trabalho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----A Senhora Deputada Oriana Morais, pediu a palavra, alertou que os trabalhos de alteração do Regimento são primariamente da competência dos Senhores Secretários da Mesa, sendo que não se pode ignorar essa competência legal. Questionou sobre se os Senhores Secretários da Mesa estavam interessados em pertencer à Comissão ou se delegavam essa função na Comissão. Ainda assim, considerava que seria de todo conveniente ser o Senhor Presidente a coordenar os trabalhos dessa Comissão. -----

----- Os Senhores Secretários da Mesa não manifestaram interesse em pertencer a essa Comissão de Trabalhos, tendo nela delegado a função de alteração do Regimento. **Foi então definida a Comissão de Elaboração do Novo Regimento, composta pela Senhora Deputada Oriana Morais, a Senhora Deputada Odete Ganilha e o Senhor Deputado António Leitão.** -----

----- PONTO 3.2 -----

ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE
----- EDUCAÇÃO, EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que na reunião que antecedeu esta sessão, foi decido por consenso dos líderes das diversas forças partidárias, presentes nesta Assembleia, indicar para cada uma das eleições e designações, que vão do ponto três dois ao ponto três nove, uma lista única para ser votada pela Assembleia Municipal. -----

----- Foi proposto pelo Senhor Deputado António Fraga, e mereceu a concordância dos restantes líderes das Bancadas Parlamentares da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro, Carlos Viegas, em representação das Freguesias do Município no Conselho Municipal de Educação. Tendo a proposta sido aceite pela Mesa foi designada por Lista A. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, foi a mesma posta a votação por escrutínio secreto. Tendo sido **aprovada por unanimidade, foi eleito o Senhor Presidente da Junta de São Pedro, Carlos Manuel Figueiredo Viegas, para o Conselho Municipal de Educação em representação das freguesias do município.** -----

----- PONTO 3.3 -----

ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA
----- FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou que a eleição deste ponto fosse adiada por algum tempo, uma vez que tinha sido pedido ao Senhor Engenheiro Pedro Lucas que esclarecesse a seguinte questão: atendendo ao facto de os quatro Presidentes de Junta já terem assento direto, nesta Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, se ainda assim, era necessário eleger outro Presidente de Junta. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar esclarecimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sobre a matéria. Referiu que segundo a Lei 14/2004, é eleito um representante das Juntas de Freguesias, o que acontece nesta Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, é que são convidados todos os Presidentes de Junta, porque a Comissão pode convidar outros elementos que não façam parte desta lista, que a Lei estabelece obrigatoriamente. Ou seja, os Presidentes de Junta fazem parte desta Comissão porque são convidados pela mesma, no entanto, um dos Senhores Presidentes de Junta tem de ser eleito. -----

----- Esclarecida a situação, foi proposto pelo Senhor Deputado António Fraga, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, Paulo Manuel dos Santos Costa, para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Tendo a proposta sido aceite pela Mesa, foi designada por Lista A. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, foi a mesma posta a votação por escrutínio secreto. Assim sendo, **foi a lista A aprovada por unanimidade, e como tal, eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, Paulo Manuel dos Santos Costa, para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.** -----

----- PONTO 3.4 -----

ELEIÇÃO DE UM DEPUTADO PARA INTEGRAR O CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE ----- MANTEIGAS -----

----- Foi proposta a Senhora Primeira Secretária da Mesa, Patrícia Alexandra dos Santos Martins, para integrar o Conselho Local de Ação Social de Manteigas. Tendo a proposta sido aceite pela Mesa foi designada por Lista A. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, foi a mesma posta a votação por escrutínio secreto. **Tendo sido aprovada por unanimidade, foi eleita a Senhora Primeira Secretária da Mesa, Patrícia Alexandra dos Santos Martins, para o Conselho Local de Ação Social de Manteigas.** -----

----- PONTO 3.5 -----

DESIGNAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA MOSTRA DE ----- ATIVIDADES ECONÓMICAS DO CONCELHO DE MANTEIGAS -----

----- Foram propostos, como representantes para a Comissão Organizadora da Mostra de Atividades Económicas do Concelho de Manteigas, a Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais e o Senhor Deputado Eduardo de Matos Monteiro. Tendo sido aceite a proposta por toda a Assembleia Municipal, foram **designados como representantes da Comissão da Mostra de Atividades a Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais e o Senhor Deputado Eduardo de Matos Monteiro.** -----

----- PONTO 3.6 -----

ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO E DA ----- CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Foi proposto para o Concelho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, o Autarca da Freguesia de Sameiro, o Senhor Nuno Biscaia Fernandes. Tendo a proposta sido aceite pela Mesa foi designada por Lista A. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, foi a mesma posta a votação por escrutínio secreto. **Assim sendo foi a lista A aprovada por unanimidade, e como tal eleito o Autarca Senhor Nuno Biscaia Fernandes, para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.** -----

----- O Senhor Deputado António Fraga solicitou a palavra para clarificar que o Senhor Nuno Biscaia Fernandes é Autarca da Junta de Freguesia de Sameiro, tendo já sido eleito para esta comissão no mandato anterior. -----

----- PONTO 3.7 -----

DESIGNAÇÃO, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DOS QUATRO COMISSÁRIOS PARA INTEGRAÇÃO
----- DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MANTEIGAS, NO MANDATO 2017/2020 -----

----- Foi proposto para serem designados como comissários, para integração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Manteigas, no mandato 2017/2020, a Senhora Liseta Maria Roque Nunes, a Senhora Adosinda Melo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, Joaquim Neves Biscaia e a Senhora Deputada Odete da Graça David Ganilha. **Tendo sido aceite a proposta por toda a Assembleia Municipal, foram designados como comissários para integração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Manteigas, no mandato 2017/2020, a Senhora Liseta Maria Roque Nunes, a Senhora Adosinda Melo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, Joaquim Neves Biscaia e a Senhora Deputada Odete da Graça David Ganilha.** -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, pediu a palavra, explanou que tinha falado com a Senhora Liseta Maria Roque Nunes (que é educadora de infância e tem feito um excelente trabalho), tendo sido alertado para o facto de que nem sempre existe disponibilidade, por parte das entidades patronais, em dispensar o trabalhador para poder exercer estas funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o Senhor Deputado António Fraga, na reunião prévia a esta Assembleia, já lhe tinha dado conhecimento desta situação. Alertou que é obrigatório por Lei, as instituições libertarem os seus funcionários para que estes possam desenvolver o seu trabalho na CPCJ. Declarou que ia redigir um documento onde seria explicada essa situação às entidades patronais. -----

----- PONTO 3.8 -----

AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 2 DO Art.º 83º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO, ELEIÇÃO DE DOIS DEPUTADOS MUNICIPAIS, PELO COLÉGIO ELEITORAL CONSTITUÍDO PELO CONJUNTO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DIRETAMENTE ELEITOS, PARA INTEGRAR A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL CIM-BSE – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA
----- DA ESTRELA -----

----- Foi apresentada uma lista constituída pelo Senhor Deputado Nuno Manuel Matos Soares e pelo Senhor Deputado António Pedro Santos Leitão, para integrar a Assembleia Intermunicipal CIM-BSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. A proposta foi aceite pela Mesa e foi designada por Lista A. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, foi a mesma posta a votação por escrutínio secreto. **A lista A foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor e um voto contra, e como tal foram eleitos o Senhor Deputado Nuno Manuel Matos Soares e o Senhor Deputado António Pedro Santos Leitão, para integrar a Assembleia Intermunicipal CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.** -----

----- PONTO 3.9 -----
ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMISSÃO MUNICIPAL
----- DE TOPONÍMIA -----

----- Foi proposto, como Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Municipal de Toponímia, o Senhor Deputado Alfredo Serra Marcelo. Tal proposta foi aceite pela Mesa e designada de Lista A. Colocada à votação por escrutínio Secreto, **a lista A, foi aprovada por unanimidade e eleito o Senhor Deputado Alfredo Serra Marcelo, como Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Municipal de Toponímia.** -----

----- PONTO 3.10 -----
APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)
----- PARA 2018 -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que considerava que todos os membros da Assembleia tiveram acesso a este documento através da plataforma *Cloud*, tendo o Senhor Deputado Joaquim Albuquerque recebido o documento em suporte papel. Colocou à apreciação e discussão a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. Questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta matéria. Verificando que não havia inscrições para intervir, colocou à votação **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2018, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

----- PONTO 3.11 -----
APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO
----- (ARTIGO 59.º N.º 6, DA LEI N.º 72/2013, DE 3 DE SETEMBRO) -----

----- O Senhor Presidente da Mesa elucidou que a Senhora Deputada Oriana Morais chamou à atenção que era obrigatório o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos, uma vez que a Lei 73/2013, no seu número 6 do artigo 59º, obriga a que mesmo que o Relatório do Plano de Saneamento Financeiro tenha transitado de um mandato para outro, o mesmo tem de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ser discutido, tratando-se neste caso do Relatório do Plano de Saneamento Financeiro do 1º semestre de 2017. Declarou aberta a apreciação e discussão deste documento, aceitou as inscrições do Senhores Deputados que manifestaram intenção de intervir sobre esta matéria. ----

-----O Senhor Deputado Nuno Soares, solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que neste seu quarto mandato consecutivo na Assembleia Municipal, fazia votos de que tudo decorra de forma profícua para Manteigas. Declarou que todos foram eleitos para trabalhar em prol da comunidade, com as diferenças de ser, de pensar de cada um, sendo que isso também deve ser um tónico, para que possam apresentar melhores soluções e melhores resultados, em prol da melhoria de qualidade de vida dos nossos conterrâneos. Esse é o objetivo primordial. -----

No que concerne ao Plano de Saneamento Financeiro, disse que os números apresentados estão perfeitamente ultrapassados pelo tempo. Fez uma pequena resenha histórica desta matéria, para enquadrar os novos elementos que integram neste mandato a Assembleia Municipal. Indicou que o Plano de Saneamento Financeiro, que decorre no Município de Manteigas, obriga a que semestralmente venha à Assembleia, um relatório intercalar de apreciação. O mesmo devia ter sido apreciado na sessão de setembro, no entanto como não foi atempadamente distribuído aos elementos do Órgão Deliberativo, que na altura faziam parte da Assembleia, teve que ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal nesta reunião. Explanou que a Lei impõe que se discuta este relatório de acompanhamento, embora a discussão neste momento esteja perfeitamente desfasada e ultrapassada por aquilo que aconteceu. -----

É de salientar, que já no mandato anterior havia alguma concordância entre a Bancada do PS e do PSD, que o Plano de Saneamento Financeiro está desajustado e necessita de ser revisto. Recordou que, já na altura, em nome da Bancada do PSD tinha manifestado essa opinião, assim como o anterior Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Engenheiro António de Lemos Santos, em nome da Bancada do PS também tinha manifestado idêntica posição. Frisou que a Bancada do PSD não tinha alterado essa posição e consideravam que pelo tempo que passou desde o Plano inicial, pelas alterações que foram necessárias realizar, nomeadamente, pelo facto de o Tribunal de Contas não ter visado o Plano na sua totalidade, como ele tinha sido concebido e ter sido feita a redução do valor do empréstimo, levou a que atualmente se verifiquem alguns desvios, que irão sempre acontecer, derivados dessa situação. Explanou que por outro lado, há também que ter em conta a parte social, que por consenso não foi implementada, sendo o grande desvio do Plano de Saneamento. Ou seja, o Executivo na altura, constituído pelo PSD e pelo PS, entendeu que apesar do Plano de Saneamento Financeiro prever uma forte atualização do valor das taxas de água, saneamento e resíduos, as mesmas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santuz

não seriam implementadas e tal só aconteceria em último recurso, para não penalizar os Manteiguenses pela situação débil das finanças municipais. -----

Considerou que tal acordo não estava posto em causa, foi uma decisão consensual na altura e no seu ponto de vista, continuava a sê-la. Portanto, dado que existe esse consenso de não se repercutir cabalmente os custos da água, saneamento e resíduos aos munícipes e devido ao facto de o Plano de Saneamento prever uma substancial alteração desses valores, tais desvios irão sempre aparecer. Contudo, os mesmos não poderão ser perniciosos, no sentido de desviar a atenção desta Assembleia de outras matérias, em que se poderia focar mais, com a finalidade de levar este Plano de Saneamento Financeiro a bom-porto e conseguirem alcançar o equilíbrio das finanças Municipais. Declarou que caso o Executivo e o Partido Socialista pretendam rever o Plano de Saneamento Financeiro, terão da parte da Bancada do PSD a abertura, o compromisso e o apoio necessário, para que esse documento seja revisto e adequá-lo à situação real do Município. Alertou que é premente que tal seja feito, na medida em que, atualmente, a situação das finanças do Município já não apresenta a gravidade que tinha na altura, como tal pode-se suavizar as medidas que estavam pensadas inicialmente. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, referiu que tinha algumas divergências em relação à apreciação que o Senhor Deputado Nuno Soares fez deste relatório. Declarou que conseguirá pronunciar-se melhor sobre esta matéria, quando tiver o Relatório do Segundo Semestre de 2017. Ainda assim pelo que já era possível avaliar, constata-se que o valor de três milhões de euros (3.000.000,00€), inicialmente solicitado, era exagerado, razão pela qual o Tribunal de Contas não aceitou esse valor e a Bancada do Partido Socialista, na altura, lutou contra a aprovação desse montante, aceitando, posteriormente, que fosse feito um Empréstimo, no âmbito do Saneamento Financeiro, no valor de dois milhões e quinhentos mil euros (2.500.000,00€). Mencionou que os desvios são significativos, tanto na maximização da receita, como na contenção de despesa. Disse que no seu ponto de vista, o IMI não viria a trazer mais arrecadação de receita, do que o habitual. Portanto há desvios muito significativos, que nos impõem alguma prudência. -----

Considerou que o tal estudo de Saneamento Financeiro, pelos números que agora foram apresentados, perde credibilidade. Reiterou que o relatório do segundo semestre de 2017 irá permitir verificar melhor esta situação, até porque, tal como já foi dito pelo Senhor Presidente da Mesa, o Governo pretende transferir verbas para as Autarquias, o que pode facilitar a situação do Município, contudo, geralmente a essa transferência de verba vem também associada a transferência de obrigações, resta saber se serão mais as competências, ou se serão mais as verbas para exercer essas mesmas competências. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino solicitou a palavra, cumprimentou todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

presentes. Afirmou que é uma grande honra e responsabilidade o facto de fazer parte desta Assembleia Municipal, pois para além de ser jovem, é mulher e tem em si a confiança depositada, sendo que tem de cumprir as expectativas que depositaram em si. Afirmou que nas observações que vier a proferir nesta Assembleia, irá tentar ser crítica, mas ao mesmo tempo, humilde, até porque a sua área profissional, por exemplo, nada tem a ver com este relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro. No entanto, tal como já foi referido, verifica-se um desvio negativo, tanto na maximização da receita, como na contenção de despesas. Fez referência à página 4, do documento supracitado, onde é explanado que o desvio negativo de aproximadamente trinta e cinco mil euros (35.000,00€), se deve há impossibilidade legal de proceder há contratação de pessoal. Questionou qual a disposição legal para o efeito. Por outro lado, o documento inclui a contratação de pessoal na rúbrica das famílias, questionou se tal está correto ou se houve algum lapso e qual o motivo de ser inserida nessa rúbrica. Por sua vez, é importante registar que houve elementos bastante negativos, pois segundo o que consta neste documento, nem se verifica a maximização da receita face ao previsto, nem a contenção de despesas face ao previsto. -----

Manifestou preocupação relativamente ao que vem explanado na página 10 (e pediu que caso estivesse errada, alguém mais competente na área lhe explicasse o assunto), uma vez que verificou que há uma redução da dívida total face ao previsto, uma variação negativa de 65%, o que quer dizer que, em 65% não foi cumprido o que estava previsto. Apesar de ser feita a referência a uma lei, que define um limite razoável, para considerar uma situação financeira equilibrada dos Municípios, no seu ponto de vista, estes valores estão muito aquém do previsto. Concordou que tem que se olhar para estes valores de uma forma mais coerente e se houver possibilidade de um reajustamento do Plano Financeiro será proveitoso. Referiu que apesar de a conclusão do documento, fazer alusão a que o Município de Manteigas está numa situação financeira equilibrada, o que na realidade se verifica são resultados negativos e isto não pode continuar a acontecer. Por último, referiu que todas as conclusões explanadas nesta intervenção se devem aos dados apresentados. Reiterou o que foi dito pelo Senhor Deputado António Fraga, é complicado fazer uma análise anual, visto que o Relatório se baseia numa análise semestral, como tal ia aguardar pelo relatório do segundo semestre, para fazer uma análise mais coerente.

-----O Senhor Deputado Eduardo Monteiro no uso da palavra referiu que concorda com tudo o que foi dito, que realmente o relatório está desfasado no tempo e que há desvios, contudo também é importante lembrar algumas questões. A conclusão do relatório do Plano de Saneamento Financeiro diz o seguinte: "*conforme demonstrado no presente relatório o Município de Manteigas cumpriu com o objetivo definido no Plano de Saneamento Financeiro*". Recordou que a Câmara Municipal de Manteigas só teve que recorrer ao Plano de Saneamento Financeiro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

porque em 2013 as finanças da Câmara estavam piores do que estão atualmente; em 2013 a Câmara não tinha possibilidade de contrair dívida; não tinha possibilidade de fazer compromissos e se a Câmara fosse uma empresa tinha ido à falência. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão fez uso da palavra, explanou que relativamente à avaliação das medidas de contenção da despesa e da maximização da receita, foi dito por gente mais informada do que ele, que é preciso rever o Plano de Saneamento Financeiro. Disse que penas queria deixar o repto de se rever também a efetivação das medidas, nomeadamente, no que toca a gastos com água e saneamento. Indicou que deixava esta nota, porque fica muito aquém do que seria espectável, em termos de redução de despesa, e todos têm conhecimento dos problemas de água e saneamento que são transversais ao Município. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, citou a Ata n.º 25/2013 de dezoito de dezembro da Câmara Municipal, reunião onde esteve presente o Técnico Oficial de Contas (TOC), o Dr. Pedro Patrício, sendo que na sua explanação concluiu que após relatório, seria de ponderar pelo atual Executivo, a contratação de um Empréstimo de Saneamento Financeiro. Na altura foi referido pelo atual Senhor Presidente Esmeraldo Carvalhinho, que este relatório não apontava nada de novo, olhando para o relatório a situação financeira do Município a 21-10-2013, apesar de estar estável requer que a Câmara Municipal tome algumas medidas em muito curto prazo. Declarou que isto foi o que o Executivo na altura fez. -----

Chamou à atenção que Revisor Oficial de Contas elaborou uma análise orçamental a 30-07-2017, onde refere que numa análise global, o grau de execução da receita é de 42,02% e que a despesa é de 39,4%, alertando para os devidos riscos. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes, desejou um bom ano para todos. Afirmou que inicialmente não tinha intenção de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, contudo, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro, disse que é bom recordar que a Câmara não estava falida, assim como podia nem sequer ter pedido o Saneamento Financeiro, caso não tivesse incluído nas contas, as famosas dívidas da *Embeiral*, da *Tecnin* e da *Qualitividade*. Se esses valores não tivessem sido somados ao valor da dívida, que realmente existia, nem sequer se teria que recorrer ao Saneamento Financeiro. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu novamente a palavra, recordou a intervenção do Senhor TOC, Dr. Pedro Patrício, que vem explanada na Ata n.º 25/2013 e que se passa a citar: *“Relativamente à capacidade de endividamento atual, ela é enganosa, porque a atual lei prevê a redução dos ativos que são faturados. Portanto, está a dar uma imagem deturpada da realidade da autarquia que, a nova lei não prevê.”* Isto quer dizer que prevê a dívida estaria muito próxima do limite estipulado pela lei, isto se não fossem consideradas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dívidas às Águas do Zêzere e Côa, no entanto se essas faturas existem, as mesmas têm que ser consideradas como dívida. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel questionou a Senhora Deputada Odete Ganilha se havia faturas da *Embeiral*, da *Tecnin* e da *Qualitividade*. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha respondeu que existiam faturas das Águas do Zêzere e Côa. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo, no uso da palavra, alertou que a dívida às Águas do Zêzere e Côa estava em Tribunal, portanto ainda não era dívida. Ao juntar-se esse valor com as faturas da *Embeiral* e *Tecnin* e *Qualitviddade*, originou o aumento da dívida. Declarou que por esse motivo é que votou contra o Saneamento Financeiro. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro recordou que quando o Plano de Saneamento Financeiro foi votado pela Assembleia Municipal, o Partido Socialista tinha maioria neste Órgão Deliberativo e, ainda assim, o mesmo foi aprovado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra diligenciou no sentido de esclarecer as dúvidas levantadas pela Senhora Deputada Bárbara Sabino. Referiu que o relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, é um documento solicitado pela Câmara ao TOC, que o elaborou. Prosseguiu referindo que esse documento se refere ao primeiro semestre de 2017, ou seja, recai sobre o trabalho do anterior Executivo liderado pelo Partido Social Democrata. O atual Executivo é composto por duas dessas pessoas que na altura geriam a Câmara Municipal, como tal solicitou ao Senhor Vereador José Biscaia o favor de prestar alguns esclarecimentos sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Vereador José Biscaia fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Explanou tecnicamente o documento não é da autoria da Câmara Municipal, nem sequer é requisitado por esta entidade, é uma imposição que advém da Lei, sendo obrigatório que em todos os semestres seja apresentado à Assembleia este relatório. Referiu que o documento expõe as justificações, que ao tempo foram apresentadas. No que concerne às receitas e às despesas, as mesmas estão devidamente fundamentadas. Recordou que, tal como foi referido nesta sessão, na época houve a decisão de não aumentar a tarifa da água, sendo que essa era uma das propostas do próprio Plano de Saneamento Financeiro. Se a tarifa de água tivesse sido aumentada a configuração das receitas seria diferente. Se a Assembleia Municipal ou o Executivo achar conveniente, pode fazer uma proposta de aumento de tarifários da água e do saneamento, na época houve a decisão de não ser feito esse aumento. Declarou ser uma atitude que politicamente é controversa, portanto não foi adotada. Segundo o que é referido pelo TOC, o Plano de Saneamento Financeiro está a ser cumprido, contudo o relatório que está em apreciação diz respeito ao primeiro semestre de 2017, que se reporta à data de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

partiu

junho, sendo que está a ser analisado no mês de dezembro, logo a configuração final dirá como foi cumprido ou não o Plano de Saneamento Financeiro e em que parte se falhou. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, deixou votos de um bom ano de 2018. Explanou que a sua intervenção não ia no sentido de corrigir, nem de ensinar nada ao Senhor Presidente da Mesa, contudo queria clarificar que quando se trata de esclarecer assuntos que dizem respeito à Câmara, cabe ao Presidente da Câmara responder. Embora qualquer um dos elementos da Câmara, que estão presentes nesta sessão, pode pedir a palavra e usá-la sempre, inclusivamente, sem a autorização de ninguém quando se trata da defesa da honra. -----

No que diz respeito ao relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, o mesmo é enviado diretamente à Assembleia, a Câmara não se pronuncia sobre ele, o mesmo está assinado pelo TOC e incide sobre uma determinada matéria da gestão da Câmara. Referiu que é nesse contexto que surgem todas as apreciações realizadas pelos Senhores Deputados. Recordou que nessa apreciação foram feitas referências ao passado, contudo é necessário que se refira como é que as coisas acontecem. Declarou que nesta sessão foi recordado o início deste Plano de Saneamento Financeiro, foram lembradas as razões de se ter recorrido ao mesmo e a forma como foi feito. Explanou que os números não falham, o que falha é a sua introdução e quando os números são introduzidos de forma incorreta, originam situações menos compreendidas, contudo em relação a essa matéria nada mais iria referir. -----

Afirmou que também ia aguardar pelo relatório do segundo semestre, que já vai abranger dois meses da gestão do atual Executivo e nessa altura, por obrigação e por lógica, terá que se pronunciar sobre o mesmo. Alertou que o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 que vai ser discutido nesta reunião, aponta para a necessidade absoluta da correção deste Plano de Saneamento Financeiro, tal como também foi apontada, nesta sessão, pelo Senhor Deputado Nuno Soares, porque independentemente de se concordar ou não com o mesmo, a verdade é que foi aprovado pela Assembleia Municipal, como tal deve-se olhar para o mesmo com respeito e tem que se olhar para os desvios e tentar corrigi-los. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que tinha solicitado esses esclarecimentos ao Senhor Vereador José Biscaia, uma vez que o documento incidia sobre a gestão do anterior Órgão Executivo, em que o PSD tinha maioria, como tal julgou lógico questionar quem foi o responsável pelos resultados que estão explanados neste relatório, apesar do protocolo dizer que se deve solicitar esses esclarecimentos ao Presidente da Câmara. Pede desculpas por ter quebrado o protocolo. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se a responsabilidade de tudo o que está escrito neste Plano de Saneamento Financeiro, foi sua ou foi do anterior Executivo em que PSD tinha a maioria. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a responsabilidade também foi sua, na medida em que esteve presente nas discussões que ocorreram durante a gestão do ano económico 2017 e como tal, podia ter levantado questões que não levantou ou podia ter levantado outras questões, que tiveram algum tipo de influência no Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais interveio para questionar a Senhora Deputada Bárbara Sabino se viu esclarecidas as questões que tinha suscitado, porque no seu entendimento tais questões não foram respondidas. Declarou que o trabalho dos Senhores Deputados Municipais pode e deve ser encardo com seriedade. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino respondeu que não teve resposta às questões que levantou, sendo que se tratavam de duas perguntas muito concretas: qual é a disposição legal que impediu o Município de contratar pessoal; porque é que a contratação de pessoal está incluída na rúbrica das famílias. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que a inclusão das famílias nesta rúbrica, tem a ver com a obrigatoriedade legal do Orçamento de Estado, em incluir todos os valores da contratação e contratos de emprego-inserção, sendo que julgava que tal justificação estará explanada no relatório. No que diz respeito à disposição legal que impediu o Município de realizar a contratação de pessoal, é uma questão que só o anterior Executivo poderia responder. Alertou que por vezes, tem que se ficar sem resposta a algumas questões, devido a determinadas circunstâncias, dado que os dois elementos que no mandato anterior geriam a Câmara, só estão presentes nesta reunião porque permaneceram no Órgão Executivo como Vereadores. -----

----- PONTO 3.12 -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – REVISÃO N.º 2/2017

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão no uso da palavra referiu que verificou algumas modificações orçamentais, diminuições e anulações de verbas, de transferências correntes da Administração Central, que são inseridas na rúbrica *Outras*, de setenta e um mil, setecentos e cinquenta euros (71.750,00€) e da rúbrica *Continente* de cinquenta e nove mil euros (59.000,00€). Nas *Transferências de Capital – Estado Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados*, há uma redução de setecentos e quinze mil, quatrocentos e cinco euros (715.405,00€), em relação ao que inicialmente estava previsto. Questionou a quem de direito, qual o motivo por isto ter acontecido. Declarou que estava previsto haver uma receita no montante de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000,00€), no início do ano de dois mil e dezassete, no final do ano somem setecentos e quinze mil euros (715.000,00€). Interpelou onde estava a restante verba que tinha sido prevista. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado Nuno Soares declarou que a Bancada do PSD iria votar favoravelmente nesta Revisão, porque entendem-na como um reajustamento que o atual Executivo quis fazer, à previsão inicial feita por outro Executivo, em parte diferente do atual. Verifica-se ainda, que adequou as taxas de execução de uma forma real, atendendo àquilo que existe quase no final do ano. Não é uma estratégia nova, já foi feita em alguns anos, algumas vezes até por imperativo legal, porque a Câmara poderá ter penalizações no caso de incumprimento da execução de despesas e de receitas correntes. Por isso mesmo, com a finalidade de se evitar essa situação recorre-se a esta Revisão, nos últimos dias do ano. Declarou que é benéfica, pois caso não fosse feita poderia penalizar Município. Considerou que esta Revisão não dita sequer uma evolução que possa ser negativa para o próximo ano. Afirmou que pelo facto de esta Revisão não ter qualquer influência no Orçamento do próximo ano e seguintes, a Bancada do PSD votará favoravelmente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer as questões que foram suscitadas pelo Senhor Deputado Pedro Leitão. Explicou que o Estado deu menos receitas do que estava previsto, logo há uma arrecadação menor da receita. Aliás a própria terminologia da alteração na Revisão diz exatamente isso. No que diz respeito à Administração Pública Local tem a ver com a inscrição no Orçamento de um valor um pouco mais elevado do que foi o resultado do exercício do ano de 2016. Portanto, o resultado inscrito no início do ano, no Orçamento para o ano de 2017, foi um pouco superior ao que foi atingido, porque as contas do Município só são aprovadas em abril, e só por volta do mês de fevereiro é que começam a ser feitas. No que diz respeito às Transferências de Capital, que é um volume muito maior deve-se ao facto de o Estado ter atrasado os Fundos Comunitários, tema que durante os últimos quatro anos foi bastante falado nas sessões da Assembleia Municipal, certamente que será um tema que virá novamente à colação, possivelmente os Fundos Comunitários começaram a vir a um outro ritmo diferente do que se tem verificado e depois há de vir novamente a um ritmo mais lento, porque é cíclico. -----

Reiterou que houve menos transferência do que estava prevista dos Fundos Comunitários, teve que se retirar e ajustar também a parte da Receita de Capital. Disse que sem querer repetir o que foi dito pelo Senhor Deputado Nuno Soares na sua explanação, contudo havia efetivamente a questão legal que foi por ele levantada. Explanou que esta Revisão não incide sobre o tempo de gestão do atual Executivo, e este último não quer o prejuízo do Município no próximo ano e de forma alguma, por qualquer revanche política, causaria prejuízo ao Município. Por esse motivo esta Revisão foi proposta do Executivo e foi aprovada. É de facto uma imposição legal, porque se os Municípios não atingirem 85% da execução orçamental, da receita e da despesa, são penalizados nas transferências do Estado nos anos seguintes, portanto é necessário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

acautelar. Mencionou que já há autarcas que chamam a esta Revisão de fim do ano uma “operação de limpeza”, é um termo um bocado duro, porque não se pode agarrar a este tipo de terminologia para durante o ano não se fazer nada. Declarou que as razões essenciais desta Revisão, nada têm a ver com alguma falta de capacidade de gestão, no que diz respeito às reduções que são feitas neste documento. Afirmou ser contra o esvaziamento de rúbricas orçamentais para ir alimentar outras rúbricas, que no início do Orçamento não tinham prevista grande execução financeira, porque se desvirtua completamente o que é um Plano de Atividades e um Orçamento, mas estas alterações são absolutamente necessárias. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, fez referência que o Senhor Presidente na sua explanação tinha indicado que o Estado atrasou a transferência do Fundos Comunitários. Questionou qual o motivo, o que é que aconteceu aos Fundos Comunitários, onde é que eles estão. Disse que compreendia que do início do ano para o fim do ano hajam divergências na previsão das receitas, que são embolsadas pelo Município, contudo não percebia que haja uma previsão de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000,00€) de Fundos Comunitários e que setecentos e quinze mil, quatrocentos e cinco euros (715.405,00€) não sejam transferidos. Declarou que não estava a imputar responsabilidades a ninguém, até porque não é essa a sua linha de fazer as coisas, mas gostava de perceber o porquê de as transferências não terem chegado. É que esta situação faz-nos andar com malabarismos orçamentais, que não dão confiança nenhuma no Orçamento que foi aprovado no início do ano, que é o documento fundamental de qualquer Executivo. Explanou que aprovar um Orçamento no final de um ano, para um ano seguinte, e no fim de um ano ter que votar uma modificação orçamental, porque as Grandes Opções do Plano ou o Orçamento não foram cumpridos não transmite confiança. Disse que não responsabilizava o atual Executivo nem ninguém, porque desconhecia as razões pelas quais o dinheiro não foi transferido para o Município, mas também não se contentava com essa explicação. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra para complementar a informação sobre esta matéria e eventualmente até esclarecer um pouco melhor o que o Senhor Deputado Pedro Leitão reforçou na sua segunda intervenção. Informou que já tinha em sua posse determinados dados sobre esta matéria, mas que devido a um problema informático perdeu determinados ficheiros, como tal solicitou os dados ao Senhor Vereador José Cardoso para perceber o que estava em causa. Explanou que o montante de setecentos e quinze mil, quatrocentos e cinco euros (715.405,00€), que não está a ser executado, deve-se a candidaturas que já estão aprovadas, algumas delas já concluídas, e que o dinheiro ainda não chegou à Câmara Municipal, irá chegar a breve trecho. Disse que fazia votos que não aconteça o mesmo que ocorreu no Quadro Comunitário 3, que andou a arrastar-se indefinidamente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Spantius

Alertou que as cativações que se leem nos jornais, efetivamente existem e depois vão-se refletindo desta forma, à Câmara de Manteigas coube-lhe a cativação de pelo menos seiscentos e trinta mil euros (630.000,00€) distribuídos da seguinte forma: na Biblioteca serão cerca de cento e sessenta e sete mil euros (167.000,00€); no Turismo cerca de trinta e sete mil euros (37.000,00€); no parque botânico da Fábrica do Rio cento e doze mil euros (112.000,00€); na Reabilitação da entrada da Vila quarenta e quatro mil euros (44.000,00€); na Modernização Administrativa cento e seis mil euros (106.000,00€); no Combate ao Abandono Escolar cento e vinte e oito mil euros (128.000,00€), estes dois últimos são candidaturas da CIM, não é uma candidatura independente do Município; a Programação Cultural em Rede envolve a verba de quarenta e três mil euros (43.000,00€); a Requalificação das Escolas de Manteigas cento e cinquenta e três mil euros (153.000,00), sendo esta da responsabilidade da CCDR; o PROVERE e Aldeias de Montanha trinta e seis mil euros (36.000,00€). -----

Declarou que estes são os números maiores, que totalizam cerca de seiscentos e trinta mil euros (630.000,00€) que estão em falta, é por aí que se justifica também uma boa parte do valor que está nesta Revisão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra, referiu que a resposta do Senhor Deputado Nuno Soares sobre esta matéria, foi dada de uma outra forma, tratou-se de uma habilidade política, mas que não foge à realidade e como tal não ia contrariar o que foi dito. Referiu que ainda assim, o Senhor Deputado Pedro Leitão, que pretendia saber o motivo deste atraso na transferência dos Fundos Comunitários, ficou sem resposta. Declarou que não penalizava ninguém, muito menos a Câmara, porque o Estado atrasou o processo dos Fundos Comunitários, contava-se que numa determinada data houvesse essa transferência, mas o Estado atrasou o processo e as Câmaras Municipais não a receberam. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão questionou o que é que o Executivo planeia fazer para reaver o dinheiro das transferências que estão em atraso. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Executivo planeava fazer o que estava explanado no Plano de Atividades e Orçamento, que ia ser votado nesta sessão e que seria de todo conveniente que fosse aprovado, para não o Município de Manteigas não perder estes Fundos Comunitários. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Modificação ao Orçamento – Revisão n.º 2/2017** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- PONTO 3.13 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA

----- 2018 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, disse que antes de se dar início a apreciação de ponto da Ordem de trabalhos e como nesse momento lhe tinha sido entregue o papel das ajudas de custo, queria comunicar que apesar de ter a sua atividade profissional em Oleiros, no tribunal onde é Oficial de Justiça, ainda assim prescindia das ajudas de custo durante este mandato. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou a alteração da redação deste ponto da Ordem de Trabalhos, que inicialmente estava designado de “*Apreciação, discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 2018*”, para a seguinte redação “*Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018*”. A Assembleia Municipal concordou com esta alteração. -----

O senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos sobre esta matéria, dado que é o responsável pela elaboração destes documentos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que antes de fazer uma breve apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, ia fazer umas pequenas referências que por lapso tinham ficado esquecidas, relativamente a carta que remeteu para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal à cerca da ação dos Baldios. Indicou que deve ser entendido que essa carta apenas quer dizer que a Câmara não pode interferir enquanto órgão. Elucidou que respondeu enquanto Presidente da Câmara, porque enquanto cidadão acompanhou este processo durante meio ano, ainda da campanha eleitoral e tentou mediar o processo. Explanou que tal foi extremamente difícil, porque o processo não é fácil. Enquanto Presidente da Câmara afirmou que não quer, nem deve meter-se nesse assunto, porque a Câmara também é parte interessada, uma vez que também terá que se defender em Tribunal relativamente a este processo, sendo que está em causa é o licenciamento da Pousada de São Lourenço e das pessoas que intervieram nesse licenciamento. No que diz respeito ao Congresso na Associação nacional de Municípios, agradeceu as referências que foram feitas pelo Senhor Presidente da Mesa. -----

No que concerne ao Plano de Atividade e Orçamento, referiu que parece sempre a mesma lengalenga, quando se muda de mandato e de força política, mas não é. Declarou que não é fácil fazer um Plano de Atividades e Orçamento no fim de um ano ainda em curso. O atual Executivo iniciou funções no final do mês de outubro, a dois meses do final do ano económico e não é fácil com apenas dois meses de gestão feita, com uma familiaridade do sistema financeiro da Câmara tão precoce, o atual Executivo fazer um Orçamento. Indicou que um Plano de Atividades é fácil de elaborar, pode-se ir buscar aos planos eleitorais ideias válidas para o concelho e faz-se um Plano de Atividades. O que é difícil, é depois adequar o Orçamento, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

partiu

Plano de Atividades tem de estar sempre em função do Orçamento, não é o Orçamento em função do Plano de Atividades. Deve-se olhar para as receitas e programar de acordo com estas, para posteriormente não ter que se fazer alterações e Revisões Orçamentais sistemáticas. -----

Explanou que se pode ter a ideia errada que se fecha um ciclo e que se abre um outro, a verdade é que pode ser um novo ciclo político, mas não é um novo ciclo financeiro. As repercussões de uns anos económicos para os outros e de uns mandatos para os outros são enormes, para o bem e para o mal, tanto nos compromissos que ficam para os outros, como através das receitas que transitam do mandato anterior para este mandato, e se assim não fosse seria muito mau, porque a Câmara perderia as verbas dos Fundos Comunitários. Declarou que, exatamente, por se tratar do primeiro ano de mandato e porque os compromissos e ações em curso, com origem no mandato anterior não podem parar, independentemente das diferentes opções de estratégia política de desenvolvimento do concelho, o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 estão profundamente influenciados por decisões tomadas no passado. Reiterou que não considerava essas decisões nem boas nem más, há decisões que não tomaria, mas há outras que tomaria. -----

No que diz respeito às candidaturas, ainda bem que há Quadro Comunitário, ainda bem que se fizeram essas candidaturas, ainda bem que estão em curso uma série de projetos que vêm de trás e que criam compromisso no Orçamento de 2018. A maior parte das ações e projetos a desenvolver em 2018, por serem plurianuais são a continuação e o culminar de ações e de projetos que já constavam nos documentos plurianuais de 2017. Assim sendo, facilmente se conclui, que não será possível já em 2018 iniciar a aplicação do programa eleitoral mais votado nas últimas eleições autárquicas. Com efeito, os compromissos que transitam de 2017 ascendem a mais de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€), a somar às despesas de gestão corrente, num Orçamento de seis milhões, seiscentos quinze mil euros (6.615.000,00€), o que por si só limita ação do atual Executivo na projeção de novas opções, que constam do programa eleitoral do Partido Socialista. Referiu que pode ser dito que não há mudanças, mas tal acontece, porque os compromissos financeiros já estão alocados, as receitas estão alocadas, de certa forma, a projetos que já vinham de trás e que tinham candidaturas elaboradas. -----

Explicou que por uma boa parte dos projetos serem transversais às várias forças políticas presentes no Executivo, entende-se que apesar de ser um Plano de Atividades e Orçamento limitado às circunstâncias, não deixará de ter um impacto positivo na vida dos Manteiguenses, desde que aplicado em devido tempo, sem desvios e com uma percentagem de execução final, que se pretende cumpridora do legalmente estabelecido. Informou que nesses documentos estão contidas propostas de todas as forças políticas presentes no Executivo, estão propostas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

do PS do PSD e da UMM. Algumas pospostas transitam de um mandato para o outro e mesmo essas, a maioria são transversais, porque eram propostas, projetos que já vinham de algum tempo atrás, alguns deles apenas tiveram a mudança de nome, sendo que alguns já vinham do mandato em que o Partido Socialista esteve na gestão da Câmara. Portanto há uma transversalidade de projetos que irão demorar alguns anos a executar. Por outro lado, foi solicitado, em reunião de Câmara, aos Senhores Vereadores que apresentassem propostas para o Orçamento. A UMM respondeu e trouxe propostas, tendo sido incluídas mais de 80% dessas propostas no Orçamento. Face ao exposto declarou que este Plano de Atividades é da Câmara, do Executivo da Câmara, recordou que a Lei refere que compete ao Executivo Municipal preparar e remeter à Assembleia Municipal o Plano de Atividades e Orçamento para deliberação, nem sequer fala em votação em sede de Executivo Municipal. -----

Realçou, que as receitas contabilizadas não têm escolha, como é explicado nesses documentos, não têm escolha porque são aquelas que resultam da média dos vinte e quatro meses, exceto as que vêm alocar as candidaturas dos Fundos Comunitários, ou de programas com o Governo. As receitas não se inventam, são a média dos últimos vinte e quatro meses, no que diz respeito em particular às receitas correntes. Quanto mais habilidade a Câmara tiver para ir buscar dinheiro a programas e candidaturas, melhor, pois conseguirá alocar financeiramente mais volume ao Plano de Atividades, com a possibilidade de ter taxas de execução mais elevadas e com a possibilidade de fazer alterações Orçamentais em benefício do Município. -----

No que diz respeito as despesas estas resultam dos compromissos já assumidos, das despesas de funcionamento da Câmara, com cortes significativos e de opções ponderadas. Indicou que na elaboração do Plano de Atividades de 2018, foi feito um primeiro exercício onde eram incluídas algumas propostas que estavam patentes no Programa Eleitoral do PS, tendo sido apurado nesse primeiro ensaio um défice de seiscentos mil euros (600.000,00€), em relação às receitas. Portanto a despesa iria ser seiscentos mil euros (600.000,00€) mais elevada do que a receita. Com a inclusão das propostas da UMM, percebeu-se que era necessário cortar nas propostas e nos projetos. No segundo exercício que foi feito, ainda existia um défice de trezentos mil euros (300.000,00€), tendo-se cortado essencialmente nas despesas correntes. -----

Explanou que quem atualmente analisar os resultados, comparando o Plano de Atividades de 2017 com o de 2018, pode parecer que há rúbricas em 2017 que estão muito aquém das que existem em 2018, mas tal acontece porque houve sistemáticas Alterações Orçamentais relativamente ao Plano inicialmente previsto e que é diferente do que está executado no final do ano de 2017. Houve alterações de rúbricas para rúbricas, algumas que consumiram mais verba e há outras que consumiram menos. Afirmou que, contudo “não bate bota com a perdigota” e quando se quer comparar, por exemplo, horas extraordinárias de 2017, previstas no Plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Atividades e Orçamento de 2017, com aquilo que se prevê para 2018, efetivamente o valor é maior em 2018, porque o que se estava a consumir em 2017 e que contou para a média dos vinte e quatro meses, é muito superior ao que estava previsto inicialmente. É por esse motivo que existe essa decalagem, que é apontada quando se olha para o Plano de Atividades de 2017 e quando se olha para este Plano de Atividades de 2018 e respetivos Orçamentos, porque se está a ter em linha de o documento inicial de 2017 e não as sucessivas alterações que o mesmo sofreu até ao final do ano, verificando-se aí uma diferença substancial. Esclareceu que foi verificar o que foi consumido em horas extraordinárias no ano de 2017 e constatou que foi consumido mais do que está previsto para o ano de 2018. -----

Referiu que esta decalagem e este défice de trezentos mil euros (300.000,00€) foi acertado, porque não se pode prever maior volume de despesas, do que que se tem previsto em receita. Declarou que os Orçamentos Financeiros e a gestão do Município têm que ser feitas com rigor, porque ter um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€) de compromissos para obras a realizar (embora tenham financiamento), mas constituem num montante de seis milhões seiscentos e quinze mil euros (6.615.000,00€), uma percentagem muito significativa. Explanou que com o exercício de elaboração do Plano de Atividades e Orçamento foram sendo reduzidas as ações que pretendiam já ver desenvolvidas em 2018, tendo-se chegado a este documento final. Afirmou que se trata de um Plano de Atividades e Orçamento de transição de mandato, não é de encerramento de ciclo, porque ainda há de haver repercussões dos últimos anos financeiros da Câmara, em termos de realização de obras, em termos de opções tomadas e realização de projetos, que ainda se hão de refletir em 2019 e em 2020. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que não é o Plano desejável, mas é o Plano possível, com condições de poder ser cumprido se não houver desvios. Pois apesar dos compromissos anteriores os projetos mais dispendiosos têm assegurado o respetivo financiamento. São candidaturas e projetos antigos, que na maior parte deles têm neste momento financiamento assegurado, como por exemplo: a requalificação das escolas; o combate ao abandono escolar; a primeira fase do Largo da Liberdade, que tem a ver com a remodelação urbanística e de uma primeira fase de concurso de projeto, em regime de concurso de ideias; o Centro de Energia Viva de Montanha (projeto sobre o qual, inicialmente, teve algum ceticismo, prevê-se para aquele equipamento a demonstração de energias renováveis, querendo aproximar esse Centro de Energia Viva de Montanha ao Centro de Ciência Viva). É um projeto cuja obra começou há cerca de sete anos atrás e terminou há cinco anos atrás, entretanto esteve parado, houve arranjos exteriores e irá agora entrar na terceira fase; o Parque Ambiental da Fábrica do Rio, que se trata de um projeto que ficou na Câmara, será readaptado, prevê englobar em todo aquele equipamento um arranjo que vai desde a Fábrica do Rio até à mini-hídrica da Sotave; o projeto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de recuperação das instalações da Sotave, sendo que está a ser feito um projeto para a pavimentação da zona envolvente da Sotave e estão a ser recolhidos elementos para proceder à substituição de telhados e outros equipamentos, de modo a conferir dignidade àquelas instalações, para se tornarem atrativas. Alertou que tem que se resolver definitivamente a ocupação daquele espaço. -----

Fez alusão à intervenção do Senhor Vereador Francisco Elvas na reunião de Câmara, onde este documento foi discutido, tendo o Senhor Vereador considerado que aquele espaço era um Centro Logístico. Indicou que podia concordar com ele, contudo não pode ser um Centro de Logística porque o espaço não tem condições para tal, face ao que lá está, ao armazenamento, ao espaço sem a criação de postos de trabalho em grande número, com a transição ou não de mercadorias que, eventualmente, possam aí estar guardadas, também não é propriamente um parque empresarial, é um parque de logística. Declarou que tem que se optar, de uma vez por todas, se queremos aquelas instalações, que são volumosas, para guardar palha, para guarda sucata ou se queremos aquelas instalações para albergar empresas, sendo que algumas já fugiram de Manteigas por não haver espaço para serem albergadas. Informou que reiniciou um trabalho de pesquisa e de procura de instalação de empresas, para criação de postos de trabalho e sem confrontar ninguém, foi-lhe dito que houve a tentativa por parte de algumas empresas em se instalarem na Sotave, contudo os espaços estavam ocupados e que não houve a possibilidade de resolver o problema de instalação de empresas, que foram para fora do concelho, quando podiam ter ficado sediadas em Manteigas. Reiterou que a situação tem de ser resolvida e tornar aquele espaço num polo de dinamização económica do concelho, não pode ser o cancro do concelho. -----

Recordou que quando a Câmara comprou a Sotave foi para a melhorar na medida do possível, para imputar, também, algumas responsabilidades aos empresários que ali se decidiram instalar, no sentido de mudarem as instalações, mas para criarem postos de trabalho. O Município teve e continua a ter muitos pedidos de cedência de espaço para armazenamento, que são negados perante o regulamento da Sotave, que tem que forçosamente ser alterado, de forma a desviar algumas atenções, alguma apetência de ocupação do espaço, sem trazer qualquer tipo de utilidade prática e de emergência economia ao concelho. -----

Assinalou que o Plano de atividades e Orçamento contemplam ainda o projeto de eficiência energética e que tem financiamento assegurado; a rede de saneamento, que tem forçosamente de ser separada. Explanou que uma das questões que vai ter grande influência no Plano de Saneamento Financeiro, é a capacidade de resolver o problema do saneamento de águas residuais. Se for resolvido esse problema, ao mesmo tempo que são readaptas e substituídas as redes de água. A título de exemplo, referiu que no Bairro da Sotave desconhece-se onde são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu

ruturas da rede de água, que estão a provocar um prejuízo enorme à Câmara. É uma situação já muito antiga e que tem de ser resolvida de forma definitiva, sendo que vai comportar cerca de noventa mil euros (90.000,00€). No que diz respeito à Modernização Administrativa tem despesa já paga e está candidatado para 2018, quarenta e dois mil, duzentos e quarenta euros (42.240,00€); o Ribeiro da Vila está em curso e já tem despesa paga na ordem dos treze mil e seiscentos euros (13.600,00€), tendo mais cento e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta euros (148.750,00€) de despesa por realizar. -----

Deu conhecimento que a obra está parada, foi adjudicada com um prazo de execução muito curto. Explicou que foi suspenso o prazo de execução da obra, pois caso contrário o Município perdia o financiamento Comunitário, visto que na candidatura está definido um prazo para a execução da obra. A obra parou porque tem muito mais trabalho de *BackOffice*, do que trabalho propriamente no local. Houve um período em que o empreiteiro solicitou à Câmara a substituição das lâmpadas e de todo o equipamento de iluminação, por outro material, sendo que a Câmara durante um tempo estudou o que era mais eficaz, se o produto que o empreiteiro apresentava era ou não compatível, tendo-se chegado à conclusão que os materiais podiam ser substituídos por aqueles que eram indicados pelo empreiteiro. A obra arrancou em oficina, também com a construção dos gradeamentos, tratando-se de trabalho que é todo ele feito em serralharia, e depois é colocado em obra. Mencionou que não se vai verificar grandes modificações, após a conclusão da obra, é a substituição da iluminação de pavimento e o gradeamento a separar a margem do Rio da parte de fora dos passeios que já existem. A obra está em curso, parou, mas pretende-se que o empreiteiro rapidamente regresse para a terminar. -----

Prevê-se também a reabilitação do Bairro do Alardo, no âmbito dos programas de eficiência energética. É um Bairro habitacional, que tem graves problemas, neste momento, desde infiltrações pelo telhado e pelas janelas, com perdas elevadíssimas de energia e falta de sustentabilidade energética. Os documentos contemplam também o projeto de reparação dos edifícios de Sameiro e de Vale de Amoreira, em particular os edifícios do Centro Social de Sameiro, porque os telhados necessitam de reparação, assim como as janelas e algumas pinturas. Em Vale de Amoreira, será contemplado o edifício da Junta de Freguesia se abrir candidatura. -----

O Senhor Presidente da Câmara fez referência aos passeios do Zêzere, que embora seja um projeto que não agrada a todos, está inscrito neste Orçamento com uma verba de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€) e que compreende a definição de um traçado pedonal entre o Parque da Várzea e o Jardim do Pego, no sentido de se aproximar estes dois espaços. Trata-se de um projeto antigo, que visa criar maior aproximação da Vila à linha de água, visto que as localidades que têm maior proximidade com a linha de água, possuem maior dinâmica. Declarou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que Manteigas não tem rios volumosos, mas tem água em cascata, tem água pura e como tal há que aproximar a vila dessa linha de água para criar mais dinâmica para o concelho. No que diz respeito à rede WI-FI, é um projeto que vai cobrir todo o território e que tem prevista uma verba de quarenta e sete mil euros (47.000,00€). Declarou que este é o conjunto de projetos que enformam o Plano de Atividades e que aos quais são alocados montantes financeiros. -----

No que diz respeito ao serviço a prestar pela Câmara junto dos cidadãos, chamou à atenção para a memória descritiva, o que está previsto na área da educação; na habitação social; em toda a área social englobada; no ordenamento do território; no ambiente; é realizado o acréscimo do investimento na prevenção e proteção da floresta, bem como o apoio aos Bombeiros. Explicou que há um acréscimo nestas verbas, exatamente, para acompanhar a necessidade urgente de proteger e de defender a nossa floresta, antes mesmo de ser necessário os Bombeiros atuarem. Os Bombeiros também têm um pequeno aumento no subsídio ordinário que vão receber, é o possível face ao volume financeiro do Orçamento. -----

Mencionou que o crescimento da indústria hoteleira em Manteigas, não é esquecido, antes pelo contrário, está previsto e está descrito no Plano de Atividades um projeto de identificação, de aglomeração de todos os produtos turísticos, bem como de toda a informação turística, de valorização e de promoção do potencial turístico do concelho. Explicou que para tal está a ser desenvolvida uma parceria com a Câmara da Covilhã, com a Câmara do Fundão e com a Câmara de Belmonte, que já têm uma forte atratividade turística. A Covilhã pelas razões que todos conhecem, o Fundão também tem muita atratividade, Belmonte tem a atratividade através dos museus, sendo que neste momento somam já milhares e milhares de visitantes, mais do que tem a Covilhã. Declarou que no âmbito da CIM, Manteigas tem um projeto de associação com estes municípios, para valorizar todo o produto turístico, que abrange também o produto turístico do nosso concelho, para em conjunto o podermos vender. Com a finalidade de que os operadores hoteleiros, que se vão instalar em Manteigas possam ter um produto turístico identificado de qualidade, que possam depois vender aos seus clientes, para que as agências de turismo possam ter informação suficiente do concelho de Manteigas, porque há muitos recantos do nosso concelho que não são visitáveis, uma vez que os operadores turísticos também não os conhecem. -----

Face ao exposto disse que se pretende um plano de comunicação e de promoção do nosso território, para se poder dar um salto mais significativo no turismo. Apontou que não se esqueceram de reduzir a fatura da água, através das ações que já foram apontadas e também tem que se agir no combate ao consumo menos correto da água no concelho. Tem que se desenvolver uma ação fiscalizadora, embora tenha conhecimento que é uma matéria que não traz muita vantagem política, contudo referiu que também não está a gerir o Município para ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

popular, mas para trabalhar. Os munícipes do concelho de Manteigas elegeram todos os elementos autárquicos para que estes trabalhem e olhem pelo concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições para quem desejasse usar da palavra sobre esta matéria. Declarou que por se tratar de um processo muito importante, como tal não ia cortar a palavra a ninguém, mas assim que terminassem as intervenções passava-se de imediato à votação. Dado que os Senhores Presidentes de Junta têm que sair desta reunião por volta das dezanove horas, sendo fundamental que no momento da votação do Orçamento, todos estejam presentes para exercer esse direito. Verificando a intenção do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra disse que ia fazer algumas considerações de índole unicamente política, sendo que algumas considerações um pouco mais técnicas seriam feitas pelos seus colegas de bancada. Indicou que, em parte a intervenção do Senhor Presidente da Câmara era espectável e nada tinham a opor ao que foi explanado. Era espectável que houvesse continuidade, até porque os Planos são plurianuais. Recordou que o último Orçamento do mandato anterior, tinha sido aprovado por unanimidade no Executivo, três dos cinco elementos do Executivo anterior mantêm-se no atual Executivo, embora com funções distintas das anteriormente assumidas, mas mantêm-se. A abrangência de propostas, que ainda bem que se verifica neste Orçamento, também já havia nos anteriores. No seu ponto de vista, nenhum dos Vereadores pode dizer que não teve oportunidade de expressar as suas ideias, para que fossem incluídas nos Planos de Atividades. -----

Concordou com o Senhor Presidente que a receita não se inventa. De facto, é de conhecimento que as receitas do Município são parcas, andam à volta dos seis milhões de euros (6.000.000,00€), como tal não há muito para inventar. Então o que é que temos para inventar, são as opções que tomamos com o pouco dinheiro que temos. As opções que o Executivo apresenta, embora muitas delas de continuidade, disse que a Bancada do PSD entende perfeitamente, que o tempo que o Executivo teve para fazer estes documentos é muito curto. Assim como entendem que estes documentos são complexos nas implicações que têm de futuro e por daí haver alguma contenção na introdução de novas medidas, que não estejam devidamente avaliadas. Disse que, contudo, há uma parte que preocupa bastante a Bancada do PSD. Fez referência que o Senhor Presidente na sua intervenção referiu que se pretende incrementar, dar um novo impulso, acentuar a ligação de venda do turismo em rede com Belmonte, com a Covilhã, com o Fundão. Declarou que a Bancada do PSD concorda com isso, hoje em dia quem acompanha as dinâmicas de mercado, sabe perfeitamente que é impossível alguém sobreviver no mercado por si só, sobretudo com esta especificidade do turismo. -----
Explanou que precisamente por haver essa aposta, que finalmente se começa a ver alguma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

materialização de anseios velhos de Manteigas. O concelho tem em construção unidades hoteleiras, se tudo correr conforme é espectável, irá ter ainda uma nova unidade hoteleira, grande e bem qualificada, que dignificará Manteigas. Assegurou que tudo isso, assim como o investimento tem o apoio da Bancada do PSD, mas não se pode descurar algumas consequências que daí advêm. Solicitou ao Senhor Presidente que entenda esta intervenção, como uma sugestão e uma preocupação genuína, que têm e que desejam partilhar com o Executivo, porque ela influenciará a vida de todos nós no Município. Referiu que todos querem a criação de postos de trabalho e contam com isso através da entrada em funcionamento destas unidades hoteleiras. Declarou que todos sabem e têm consciência dos valores que os Regulamentos Municipais têm para incentivo à criação de postos de trabalho, obviamente, que as empresas quando entrarem em funcionamento irão socorrer-se desses regulamentos para o financiamento dos postos de trabalho, e no seu ponto de vista é bem que o façam, porque foi essa a intenção com que foram criados e apolados, mas isso traz custo de investimento para o Município, e essa situação tem que ser devidamente acautelada. Tem que se ter isso em atenção, porque podemos estar a falar de muitos milhares de euros, que poderão de alguma forma condicionar, nos próximos anos, o Orçamento do Município. Deixou esta chamada de atenção. -----

Alertou que também tem que se ter atenção, que por aquilo que é espectável em alturas altas, poderemos ter em Manteigas mais quatrocentas pessoas durante dias seguidos, sendo essa uma realidade distinta do que temos atualmente, em que ao domingo aparecem duzentas pessoas, mas na segunda-feira tudo volta à pacatez de Manteigas. Poderemos ter semanas seguidas com acréscimos da população, na ordem dos 15%, em relação à população atual. Isso traz contingências e devemos estar preparados para elas. Vai haver mais carros, vai haver mais dificuldade de estacionamento. É de conhecimento a dificuldade que existe no estacionamento em Manteigas. Por outro lado, as pessoas que vierem ao concelho virão procurar atividades que neste momento existem pouco em Manteigas, ou algumas nem sequer existem. Não podemos esperar que venham trezentos ou quatrocentos turistas, simplesmente para ficar o fim de semana a dormir. As pessoas quando visitam um sítio turístico esperam ter além de alojamento e comida, uma oferta complementar, ter uma diversão noturna, ter um passeio durante o dia, ter algo para visitar e isso são questões que têm de ser ponderadas atempadamente. -----

Indicou que ainda há tempo para pensar nestas situações e nas soluções, porque as unidades hoteleiras não estão assim tão próximas de entrar em funcionamento. Sendo que esta intervenção ia no sentido de lançar o repto, chamar à atenção, dizer ao Executivo que conta com a disponibilidade da Bancada do PSD para ajudar a resolver os problemas, pois têm a certeza que vão aparecer e que vão ser complexos. Alertou que muitos daqueles que, durante anos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santus

acharam e que gostavam que Manteigas fosse um destino turístico, quando passarem a ter um carro de um turista parado à sua porta constantemente, passados quinze dias, vão deixar de achar piada ao turismo. Chamou à atenção que este tipo de reações vai existir, já estão a acontecer em Lisboa e em outras cidades. Em Manteigas vai acontecer o mesmo, não vale a pena pensar que a população vai reagir de maneira diferente, quando todos nós que estamos habituados a parar à porta do café deixarmos de ter o nosso lugar de estacionamento, muita gente se vai chatear com isso e temos que estar preparados para essa reação. -----

Alertou para a necessidade de inclusão dos agentes económicos neste processo, pois eles serão os maiores interessados em que haja dinâmica no turismo, mas eles próprios também terão estes problemas, portanto devem ser chamados, ouvidos e tentar arranjar soluções atempadamente, por forma a ter tudo, o que for possível, devidamente planeado, para não sermos apanhados de surpresa e darmos um grande trambolhão. Recordou que o concelho já teve uma má experiência nesta matéria, os primeiros tempos da Relva da Reboleira foram de grande furor, comparado com aquilo que agora existe nesse complexo. Afirmou que para que o concelho não tenha cinco ou seis Relvas da Reboleira, espalhadas pela vila daqui a meia dúzia de anos, temos que aprender com os erros do passado, mas temos que aprender todos e temos que procurar soluções. Lançou o repto ao Senhor Presidente da Câmara para pensar em soluções, sendo que contava com a ajuda da Bancada do PSD para aquilo que necessitar. Declarou que não irão inviabilizar este Orçamento, pelas justificações que foram explanadas e por isso mesmo cá estarão para colaborar. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, agradeceu aos seus colegas da Assembleia por terem votado unanimemente em si, para representar a Assembleia no Conselho Municipal de Educação. No que diz respeito ao Orçamento propriamente dito, referiu que após a análise que realizou a este Orçamento e abdicando do discurso político, pretendia deixar duas ou três considerações. Recordou que o plano de trânsito e sinalização foi um desafio que fez ao anterior Executivo, quando já era Presidente de Junta e, talvez devido à sua profissão, reiterava esse desafio ao novo Executivo. É urgentíssimo fazer uma revisão a toda a sinalética de trânsito que está no nosso concelho. Continuamos a ter acidentes, constantemente, muito mal-esclarecidos, que induzem os intervenientes em erro, só por falta de sinalização. A título de exemplo, alertou que há cruzamentos, entroncamentos que não têm sinalização nenhuma, no caso de acidente é uma complicação terrível. -----

Disse que aproveitando que estava a falar de trânsito e de sinalética, deixou um repto ao Senhor Presidente da Câmara, para diligenciar no sentido de rebaixarem as lombas que estão à entrada da vila, porque os carros, incluindo o seu, batem sistematicamente nessas lombas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

constantemente. Aludiu que desconhece se tecnicamente são viáveis, na sua opinião, não serão certamente, com a altura que têm atualmente, além de que ouve muitas queixas de outros Municípios a quem essas lombas provocam prejuízos, fora os encargos de responsabilidade civil que tem trazido para a Câmara Municipal. -----

Questionou qual é a situação em que estão as luminárias LED, dado que na altura em que o projeto foi apresentado foi um espetáculo brilhante, mas que muito contestou as contas que foram feitas e o valor de oitocentos mil euros (800.000,00€). Recordou que na altura demonstrou que conseguiriam fazer a mesma obra por pouco mais de metade desse valor, o que é facto é que nem se vê a obra nem o dinheiro. As luminárias não foram colocadas, desconhece se a verba para o efeito já está na posse do Município, contudo gostava de saber como está esse processo e as economias que está a trazer para o Município, talvez isso também ajude na execução orçamental. No que diz respeito ao Ribeiro das Forneas, referiu que é uma preocupação sua, como Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, uma vez que esse Ribeiro está situado maioritariamente em território da Freguesia que preside. Mencionou que há quatro anos atrás, lançou o desafio à Câmara Municipal, para que em pareceria com o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, as três entidades fizessem uma intervenção de fundo naquele Ribeiro. Intervenção essa que não seria apenas para esportar as silvas, tal como veio no parecer da APA. Afirmou que na minha linguagem operacional isto não existe, ou um silvado é para cortar ou são roseiras e as mesmas são para podar e tratar. Lembro que na altura foi feita a intervenção de esportar as silvas, pelos funcionários da Câmara, contudo passado pouco mais de meio ano, se não está igual, está ainda pior. Esta intervenção no Ribeiro das Forneas é importantíssima e tem que ser levada muito a sério. -----

Fez referencia que no Orçamento está contemplava uma intervenção que lhe é muito cara, que é a intervenção no Ribeiro da Vila, o gradeamento e as luminárias. Referiu que se estas obras são financiadas por uma candidatura, é benéfico para o Município porque não traz encargos. Recordou que há cerca de três anos atrás apresentou um estudo ao então Senhor Vice-Presidente, sendo que demonstrava que se lhe dessem a verba que estava prevista, enquanto Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro, colocava no local a grade e as luminárias e ainda sobra dinheiro. Referiu que se a obra custar cem mil euros (100.000,00€) e o financiamento for de 80%, estamos a ganhar dinheiro, agora se o financiamento for menos que isso, a parte que nos compete a nós pagar é muito superior do que se fizéssemos a obra por administração direta. No seu ponto de vista, a Câmara tem funcionários à altura e tem a colaboração da Junta de Freguesia de São Pedro, no que for possível, como tal conseguem fazer a obra, o gradeamento e as luminárias por um preço muito mais acessível. -----

Por último, transmitiu que a Câmara conta com o apoio da Junta de Freguesia de São Pedro na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

parte operacional, não o chamem muito para a parte burocrática. Afirmou que uma hora, para o Senhor Presidente da Mesa fazer uma explanação sobre dois pontos, é muito tempo. Declarou que não é político, não tem discurso de grandes palavras, mas tenho obras para fazer e tem os seus fregueses para atender. Fez alusão a que o Senhor Presidente da Mesa na sua intervenção falou muito em celeridade, concordava com ele, mas interessa passar à prática, chega de palavras. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, explanou que após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e conhecendo mais ou menos a casa, até porque fez parte do anterior Executivo da Câmara, tinha a dizer que o Município tem seis milhões seiscentos e quinze mil euros (6.615.000,00€), cerca de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€) estão comprometidos e há que assumir isso, a somar a despesas correntes, a que ninguém pode fugir, não se pode esticar o Orçamento. Referiu que um concelho pequeno como o nosso tem receitas próprias muito pequenas, pouco significativas, portanto tudo isto compromete-nos e ninguém pode fazer milagres, independentemente da força política. -----

Ainda assim se houver boa-vontade, se todos trabalharem para o efeito, tal como foi solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara, se houver prudência, se houver rigor e se isso for feito, o Município pode no ano de 2018, começar a estabilizar a sua situação. Admitindo, também que o turismo, aquela palavra que todos gostam de ouvir e que depois também traz outras implicações como já foram referidas, mas que nos venha a dar uma ajuda em termos de receita. Fez votos para que tal aconteça. -----

Chamou à atenção que a admissão de pessoal para os quadros da Câmara, para além de ser necessária, poderá em alguns casos trazer também menos despesa, em vez de se requisitar constantemente os serviços de empresas. Deu conhecimento que tinha solicitado esclarecimentos sobre a diminuição das verbas das Bolsas de Estudo, relativamente a outros tempos que conheceu, sendo agora no montante de quarenta e três mil euros (43.000,00€), contudo esse é o valor que é necessário, porque também haverá, infelizmente, menos gente a requerer-la. Declarou que, em nome da Bancada do Partido Socialista, este Orçamento terá o voto favorável. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, pediu a palavra, disse que pretendia abordar um ponto prévio antes de fazer a sua análise às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a Pousada de São Lourenço, e sobre o facto de não se pode meter como um árbitro da questão, nem poder dar a sua opinião pessoal sobre o assunto. Disse que era óbvio que assim teria que ser, contudo enquanto Presidente do Executivo, deverá tomar uma posição, ou fará a Câmara Municipal tomar uma posição, dentro do conflito que se gerou à volta dos Baldios e do licenciamento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Pousada. Questionou qual é essa posição, fazendo votos que seja consentânea com a defesa do turismo, a que o Executivo se propõe. -----

No que diz respeito ao Orçamento do Município, louvou a abertura democrática que se verificou por parte do Executivo, para incluir propostas tanto da Bancada do Partido Social Democrata, como da parte do movimento independente Unir e Mudar Manteigas. Referiu que se compreende que não é fácil ter um Orçamento, em que grande parte das verbas inseridas, vêm de compromissos anteriores, porque corta um bocado o espaço de manobra. Constatou através do que vem explanado na rúbrica 242, relativamente à Praça da Liberdade, que é intenção do Município, neste primeiro ano de mandato, em 2018, gastar vinte e cinco mil euros (25.000,00€) na requalificação da Praça e tem a previsão para 2019, de quinhentos e quinze mil euros (515.000,00€). Afirmou que desconhece que tipo de requalificação é que se pretende fazer na Praça da Liberdade, no centro da vila, mas considerava este valor extremamente excessivo, principalmente se tivermos em conta, que para a reabilitação de outros espaços da Vila está prevista uma verba de dez mil euros (10.000,00€). Concluiu que este investimento o deixa um pouco reticente. -----

No que concerne às opções do Plano para combater a desertificação, o despovoamento, atrair investimento, é referido no resumo do Orçamento que se pretende investir na antiga *Sotave*, através da aplicação, no ano de 2018, de cento e sessenta e nove mil euros (169.000,00€) em obras na antiga *Sotave* e oitenta mil euros (80.000,00€) em equipamentos, sendo que esse valor se repete no ano seguinte e, somado dá um total de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€) para o ano de 2018. Considerou ser um valor excessivo, atendendo que não há nenhuma garantia prévia de que haja empresas que se queiram instalar naquele local, independentemente de o Senhor Presidente já ter dito houve empresários que se viram obrigados a não fixarem as suas empresas em Manteigas. Tendo em conta que, imediatamente a cima do local da *Sotave*, está o Ninho de Empresas por encher de empresas, no seu ponto de vista, esta opção do plano não joga muito bem. -----

Indicou que todos concordam que é essencial resolver o problema do saneamento no concelho. Na rúbrica da requalificação de saneamento, na página 7 de 12, é referida a construção e renovação de redes de águas pluviais no montante de cinco mil euros (5.000,00€), conservação e reparação terá o valor de mil euros (1.000,00€), construção e renovação de rede de águas englobará o montante de dez mil euros (10.000,00€). Explanou que no seu ponto de vista esta verba é insuficiente para resolver todos os problemas, mas como é claro, depois estão previstos para os anos seguintes mais verbas. Deixou claro que esperava que seja feito um estudo de viabilidade de todas as medidas que sejam aplicadas, antes de se aplicarem as verbas. -----

Relativamente à recuperação do Bairro do Alardo, considerou ser uma medida de louvar. Fez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

votos que, antes da implementação do Centro de Energia Viva e do Centro de Ciência Viva, previstos na rúbrica 246, na página 7 de 12, haja um estudo de viabilidade daquilo que se vai criar. Tratam-se de investimentos de montantes avultados, principalmente, tendo em conta que no ano de 2019 se prevê gastar quatrocentos mil euros (400.000,00€), com o Centro de Energia Viva de Montanha e depois mais setenta mil euros (70.000,00€), com o Parque Ambiental da Fábrica do Rio. Por isso mesmo, esperava que antes se tomar a decisão de levar por diante este projeto, se faça o tal estudo de viabilidade, porque o concelho já tem um CIVGLAZ vazio, que não atraiu ninguém e esperemos que este não se torne em outro. Relativamente à sinalética subscreveu o que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro explanou. A título de exemplo, de como a sinalética na nossa vila é confusa, referiu que no cruzamento junto à Câmara há uma placa a indicar Covilhã para a esquerda e outra a indicar Covilhã para a direita. Portanto a sinalética deve ser revista o mais rapidamente possível, até porque se queremos receber turistas, esta situação tem de ser sanada. -----

Quanto à requalificação do Ribeiro da Vila, chamou à atenção para alguns problemas. Especificou que junto à ponte que está a seguir ao antigo Alambique, há um muro que está a desmoronar, do lado esquerdo do sentido do trânsito, no seu ponto de vista, precisa de uma intervenção urgente, uma vez que está a aumentar o espaço entre o gradeamento da ponte e o dito muro, tanto de um lado como do outro, constituindo um perigo para quem aí passa, mas sobretudo para crianças. Duas pontes mais acima do local atrás referenciado, à volta do Ribeiro, as grades são muito baixas, explanou que desconhece se a realização destas intervenções está prevista. Por último louvou o facto de estar inscrita uma verba para a aquisição de contentores. Declarou que foi uma medida que estava prevista no programa do Unir e Mudar Manteigas, realmente os contentores na nossa vila são uma ferida para a vista, são velhos, feios, não são práticos, sendo que imaginava que para alguém que já tenha uma certa idade mais avançada e com maiores dificuldades para fazer força, não será fácil erguer os braços acima dos ombros, para levantar uma tampa daquele peso, para aí depositar o lixo. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra referiu que relativamente a este Orçamento já tinham sido apontados muitos aspetos, que não valia apenas estar a repeti-los na sua explanação. Disse que ia apenas deixar uma breve observação, nesse sentido indicou que a parte negativa do Orçamento é a dívida enorme que o Município detém e que nunca mais nos abandona. O lado positivo do Orçamento está patente em alguns projetos que serão uma mais-valia para o desenvolvimento do nosso concelho. Registou que um outro fator positivo, é que as receitas de Capital são muito baixas, mas as despesas de capital são superiores, não é tudo o que nós queríamos, mas de facto é o que se pode. Relativamente ao que já foi dito sobre o Ribeiro da Vila, fez alusão à intervenção do Senhor Deputado Pedro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Leitão que focou um aspeto muito importante, esses muros estão degradados. Disse que a isso acrescentava o facto de que grande parte dos muros que estão junto ao Ribeiro da Vila serem de propriedade particular, contudo estão em vias de se desmoronar para cima das passagens pedonais existentes no Ribeiro e obstruírem a circulação de pessoas, há muros que estão mesmo em ruína eminente. -----

Indicou que uma vez que se está a mexer nas luminárias, nas caixas onde estão as lâmpadas, no meu ponto de vista, o problema não está só nas caixas, há muita infiltração, tal como já foi dito pelos técnicos, a própria Câmara já teve o cuidado de verificar essa situação, contudo desconhecia se a manutenção deste equipamento está contemplada no Orçamento. Chamou à atenção que todo o sistema de circuito que está enterrado, tem muita infiltração de águas, não é só as caixas, como tal é conveniente rever essa situação, porque é insuficiente ficar apenas pelas caixas, onde são instaladas as luminárias, se todos os cabos estiverem danificados, visto que com a humidade as luminárias ficam fundidas. Fez referência que no Orçamento está contemplado o abastecimento público do concelho de Manteigas. Na sua perspetiva, este assunto tem que ser seriamente pensado, é verdade que nos últimos dias tem se verificado alguma precipitação, contudo o Município tem que se preparar para a falta dessa precipitação, que será cada vez menor e para as consequências que daí advêm. -----

Mencionou que, eventualmente terá que se pensar num equipamento que nos permita armazenar água, quando existe precipitação, para que nos meses de menor pluviosidade possamos continuar a ter água no abastecimento público, nos Ribeiros da Vila, para manter um caudal ecológico e para também permitir o regadio de muitos terrenos agrícolas, porque se trata de uma agricultura de autossustentância para muitas famílias. No que concerne ao CIVLAZ, foi feita alusão a esse equipamento na intervenção do Senhor Deputado Pedro Leitão, com a qual disse estar completamente de acordo, porque o espaço pode não ter a procura que todos desejavam, mas tem alguma procura. Sugeriu que os conteúdos devem ser renovados, a informação não está de todo atualizada, nem está completa, relativamente ao tema que é abordado no Centro Interpretativo. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro, solicitou a palavra, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara relativamente à questão da fiscalização do consumo da água. Mencionou que concordava com o Senhor Presidente da Câmara quando disse que esta não é uma questão popular e por esse mesmo motivo lhe dava os parabéns, porque é algo que efetivamente tem de ser feito. No que concerne ao Orçamento e tendo em conta o que já tinha sido explanado pelos seus colegas disse que ia deixar duas ou três perguntas. No Plano de Atividades é referido Atividades de Outono Manteigas 2018 nos dias 09, 10 e 11 de novembro, interpelou se estas atividades de Outono serão diferentes do Festival que existia, ou o esse certame vai continuar. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santiago

segunda questão diz respeito ao Mapa de Pessoal, nomeadamente, de um dos lugares a preencher. Fez alusão à página 58 do documento, onde está explanado que para o serviço de Contabilidade é previsto um lugar, a preencher, de Contabilista e prevê que a área de formação necessária é em Contabilidade. Interrogou se para este lugar que está previsto, podem concorrer à vaga licenciados em Gestão de Empresas, ou em Contabilidade e gestão financeira. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino pediu a palavra, explanou que é um pouco ingrato fazer uma intervenção no final de tantas explicações sobre esta matéria e que foram muito úteis. Mencionou que tal como já foi referido pelo Senhor Deputado António Fraga, o Município está condicionado pelo valor de um milhão e oitocentos mil euros (1.800.000,00€). Declarou que apreciou bastante a parte descritiva do Orçamento, considerou ser uma parte do documento muito importante, pois não podem só estar só focados em dizer que o Orçamento foi condicionado, porque isso é algo que já todos perceberam, mas também se deve salientar os aspetos positivos. Disse que, nomeadamente, gostou imenso do projeto que se intitula “Recuperar e Arrendar”, sendo que a intenção é pegar nos edifícios, principalmente, na zona Histórica de Manteigas, que estão superdegradados. Esta é uma forma de tentar que o centro da vila volte a ter alguma atividade e que atraia pessoas. No seu ponto de vista, este arrendamento deverá ser a um custo acessível, porque a ideia é dinamizar um pouco mais o centro da vila. Louvou o facto de o Senhor Presidente da Câmara ter incluído este programa no Orçamento, assim como pela reativação do PERID e pelo Posto de Ancoragem de Autocaravanas, visto que a falta de um local para as autocaravanas poderem parar, era algo queurgia resolver. A título de exemplo, disse que muitas vezes era interpela por turistas sobre essa matéria e nunca tinha grande resposta para isso, pelo menos na vila. -----

Salientou que gostou muito da intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares, que focou dois pontos muito pertinentes, nomeadamente, a parte do estacionamento. Declarou que efetivamente tem que ver as coisas a longo prazo e é sempre de louvar esse tipo de intervenções, porque assim pode-se prever situações e reagir com alguma lógica e não por reatividade. Considerou ser extremamente importante a contratação de pessoal e em especial do técnico de Turismo, que no seu ponto de vista é extremamente essencial para o Município de Manteigas. Referiu que teve acesso à declaração de voto do Partido Social Democrata, que foi apresentada na última reunião de Câmara, e a mesma foca muito a questão do turismo e a falta de referência do turismo no Orçamento. Explanou que não concorda com isso, porque se o Orçamento prevê a contratação de um técnico de Turismo, já está a pensar nessa área. Recordou que nessa declaração de voto também é focada a necessidade de tornar, novamente, atrativa a Relva da Reboleira. Disse que concordava com isso dado o estado em que se encontra aquele complexo, contudo deixou nota que a Relva da Reboleira está neste estado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pelo menos desde 2010, pelo menos há sete ou oito anos. Disse que era de louvar essa chamada de atenção para a Relva da Reboleira, mas também é preciso dizer que anteriormente já se podia ter feito alguma coisa. Questionou se foi feito algo e o quê. -----

Por último, referiu que no condicionamento que aludiu no início da sua explanação está incluso os Orçamentos Participativos de 2016, que são quatro, têm o limite de dois anos para a sua execução, mas transitaram como despesa acrescida para o Orçamento de 2018, uma vez que ainda não foram executados. Afirmou que apesar destes condicionamentos esperava que haja execução deste Plano, considerou que é um Orçamento de entendimento. Na sua opinião, e pediu desculpa se ofendia alguém, seria absurdo votar-se contra este Orçamento, porque o mesmo espelha democracia. Considerou ser um bom Orçamento. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel fez uso da palavra, felicitou o Senhor Presidente da Câmara, dado que não tem a maioria nem na Câmara nem na Assembleia Municipal, e por ter feito aquilo que ao longo de quatro anos tinha batalhado, haver negociação e pedir propostas às restantes forças partidárias, por forma a que possa ser um Orçamento das Grandes Opções do Plano o mais alargado possível, garantindo assim, também, que ele seria aprovado tanto em sede de Executivo Municipal, como em sede do Órgão Deliberativo. -----

Solicitou que não acontecesse o mesmo que aconteceu no passado, que este Orçamento seja muito bem pensado, e presumia que tivesse sido, contudo acreditava que dois meses é manifestamente insuficiente para garantir que não haverão alterações orçamentais no futuro. Ainda assim pediu que não se façam trinta alterações orçamentais, como foi feito no anterior mandato. Alegou que não queria se cingir muito ao documento e pretendia fazer mais uma intervenção política e menos técnica. Recordou que nesta sessão foi referida questão da atratividade turística, no seu entendimento este é o momento que vai haver um impulso nessa área, dado que a breve trecho será corrigida uma lacuna do passado, que era o número de camas que o concelho tinha para oferecer. Considerou que este é o momento de parar pensar e agir, é o momento em que Manteigas deve pensar num grande investimento, um bocadinho à imagem do que foi feito com a Relva da Reboleira, contudo sem ser igual, mas um investimento que atraia pessoas, que seja uma garantia que virão à vila de Manteigas um determinado número pessoas por ano. Declarou que a Relva da Reboleira foi isso mesmo no seu início, embora considere esse complexo, um projeto que acabou por ser ruinoso, nunca entrou um cêntimo de renda na Câmara, ele nunca vai ser pago. Houve pessoas que ganharam ali dinheiro, pessoas que colaboraram com aquela casa, mas no conto geral foi ruinoso, está completamente degradado, e tanto quanto se conhece precisa de um investimento a rondar os trezentos a quatrocentos mil euros (300.000,00€), por outro lado tem rendas em atraso de dezenas de milhares de euros e ninguém compreende esta situação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santiago

Afirmou que talvez este seja o momento em que todos, em conjunto, devem pensar e devem sugerir à Câmara Municipal, porque também é responsabilidade de todos os autarcas e da população em geral, para que um grande investimento possa ser feito. Disse que tem conhecimento que os recursos são escassos, mas por aquilo que tem falado com os agentes económicos do concelho, muitos defendem que não se importavam de pagar a taxa de rama se lhe disserem para onde vai esse dinheiro. Os comerciantes estão dispostos a isso, porque são os principais interessados que venham muita gente a Manteigas. Disse que deixava esta questão em aberto. Lamentou que Manteigas não tenha uma Associação de Comerciantes, porque somos uma vila turística e vivemos sobretudo do turismo e temos imensos comerciantes. Recordou que em tempos houve um projeto que foi iniciado e depois foi abruptamente interrompido, estão agora a tentar retomá-lo, para que de facto essa associação represente todos os comerciantes da nossa terra e as negociações sejam feitas com esses mesmos representantes. -----

No que diz respeito ao Festival de Outono e à Expo-Estrela que foram abordados nesta reunião. Disse que há anos que a Expo-estrela é um modelo esgotado, ainda assim decidiu-se fazer uma espécie de Expo-Estrela em novembro (Festival de Outono), o na sua opinião não faz qualquer sentido. Estes eventos têm que ser de facto muito bem pensados, sobretudo a Expo-Estrela, que é o mais antigo festival desta índole na região, e que está a ser estrangulado pela forte concorrência que existem à volta, nomeadamente, da Guarda, de Seia, da Covilhã, de Pinhel, de Fornos, portanto o modelo tem que se repensado. Aludiu que aquilo que tem ouvido dizer, e que também concorda, é que certame deve ser deslocado do local onde é realizado, para o centro da vila, com todos os riscos inerentes a isso mesmo, desde o tempo, às chatices para alguns comerciantes, o trânsito, mas é uma questão que deve ser pensada logo após o final do certame de 2018. -----

Por último, referiu que por aquilo que tem ouvindo, no que concerne ao balanço da ação da Câmara Municipal, é manifestamente positivo, vê-se que as coisas estão diferentes, são feitas de uma forma diferente, há atenção, dedicação e trabalho. Os recursos são os mesmos, pois havia quem dissesse que os recursos humanos da Câmara Municipal eram escassos, havia também quem dissesse que eram maus, mas o trabalho está a ser feito e está à vista de todos.

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, no uso da palavra, referiu que no seu ponto de vista, a introdução deste documento não lhe parece de todo de quem esteja confiante de conseguir levar Manteigas a bom-porto, pois em meras duas páginas e meia, grande parte são lamentos, como inclusivamente já foram referidos nesta sessão e que citou novamente: “o orçamento está influenciado por decisões tomadas no passado”; “compromissos que transitam de 2017 a somar a despesas de gestão corrente num Orçamento, que por si só limita a ação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

novo Executivo.”; “as receitas contabilizadas não têm escolha”; “as despesas resultam de compromissos já assumidos”; “no poder local a situação vivida em Portugal é marcada pela aplicação de medidas de austeridade que tiveram reflexos negativos e ainda estamos sobre a “espada” de um Plano de Saneamento Financeiro e relembramos os constrangimentos que nos causa”. -----

Declarou que perante um quadro tão negro (ao contrário dos Orçamentos do PSD que eram apelidados de poéticos e de floreados), disse que muito a espantava as situações que ia referir: na página 40 – *Titulares de órgão de soberania e membros de órgãos autárquicos*, em 2016 essa rubrica apresentou um valor de oitenta e nove mil e quinhentos euros (89.500,00€) e em 2018, com menos um Vereador a tempo inteiro, o Orçamento apresenta um valor de cento e cinco mil euros (105.000,00€), ou seja, menos pessoas mais custos. Referiu que ainda na página 40, é mencionado que é urgente resolver o problema de falta de pessoal no Quadro, admitindo funcionários com menos custos e numa relação direta com os serviços. Indicou que pelo que tinha entendido, esses funcionários que são prementes contratar para o Quadro estão a ser substituído por prestadores de serviços, contratados por outras empresas, no entanto esses mesmos prestadores de serviços trabalham nas instalações da Câmara, cumprindo horários, usando instalações. Afirmou que é evidente que a situação existe e que tal ligação direta com os serviços, mesmo antes da abertura dos referidos concursos, também já existe. A título de exemplo disse que basta ver a por quem foi registado no sistema informático interno da Câmara a segunda Revisão do Orçamento e as Grandes Opções do Plano de 2017, que foi aprovada nesta sessão, sendo o serviço remetente da Câmara a própria secção de Contabilidade. -----

Fez alusão que é referido nos documentos em apreciação que se pretende admitir nove funcionários no Quadro com menos custos. Mencionou que é algo simpático, que lhe despertou interesse, como tal elaborou um quadro resumo, onde compara o ano de 2018 e o ano de 2017, relativamente a despesas com pessoal no Quadro e a despesas de comissões de serviços e prestação de serviços. Tendo chegado à conclusão que com mais nove funcionários e alguns deles Técnicos Superiores o valor de despesas com pessoal de 2017 para 2018 tem um aumento significativo de aproximadamente sete mil euros (7.000,00€), apenas e tal nem se verificaria se não fosse o valor das horas extraordinárias, já referidas, ter duplicado de vinte mil euros (20.000,00€) de 2017 para o dobro, quarenta mil euros (40.000,00€) em 2018. Aliás nos quatro anos estão previstos cento e noventa e cinco mil euros (195.000,00€), só em horas extraordinárias, o que levanta uma questão, se estão previstos mais funcionários no Quadro, mais CEI, mais CEI +, qual a razão de haver uma duplicação no valor de horas extraordinárias. Questionou se não devia de ser o oposto -----

Em suma, referiu que aumentado o número de funcionários, aumenta o número de despesas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santius

com os mesmos, por sua vez, com mais nove funcionários o Município ainda precisa do dobro de horas extraordinárias, no entanto, para sua perplexidade, a aquisição de serviços, avença, prestação de serviços, que era suposto diminuir, porque era esse o objetivo já referenciado várias vezes, ainda aumentam. Declarou que afinal perante um quadro tão negro e limitador da situação financeira do Município, este Executivo ainda tem capacidade financeira para aumentar custos com a criação de novos postos, com a duplicação de custos em horas extraordinárias e ainda dá para aumentar as prestações de serviços e avenças. -----

Indicou que algo que também lhe despertou a curiosidade foi o facto de na previsão de abertura de concursos estarem previstos dois lugares para motoristas de pesados. Concluiu que tecnicamente não podia falar da necessidade dos mesmos ou não, deixava esse assunto para quem de direito. Contudo, disse que nesse contexto foi verificar as despesas com a aquisição de combustível, uma vez que se o Município vai ter mais dois motoristas de pesados. Sendo que verificou que em 2017 o Município registou despesas com aquisição de combustível, no valor de sessenta e sete mil e cinquenta euros (67.050,00€), em 2018 passa para trinta e nove mil setecentos e cinquenta euros (39.750,00€), disse que ainda foi verificar o ano de 2013 e as mesmas despesas para a aquisição de combustível eram de sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete euros (68.427,00€), o que não entendia como podia baixar tanto em 2018 com mais dois motorista e uma vez o preço do combustível está sempre a subir Por outro lado, disse que concordava com o que a Senhora Deputada Bárbara Sabino disse na sua intervenção, no seu ponto de vista um Técnico Superior na área do Turismo é uma mais-valia para o Município. ----- Por último, fez alusão a que na página 3 é realizada uma chamada de atenção para a recuperação prevista em 2018, das receitas que têm vindo a decair há dois anos a esta parte, sendo que os dados apresentados referem que as receitas totais de 2016 eram no valor de seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e setecentos e um euros (6.258.701,00€); receitas de 2017, seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta e oito euros (6.786.938,00€); ou seja chamam à atenção para as receitas que têm vindo a decair há dois anos, no entanto houve um aumento de quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e sete euros (528.237,00€). Mencionou, que por outro lado, na página 20 onde é chamada a atenção para a recuperação prevista em 2018, as receitas totais de 2018, passam para seis milhões seiscentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e seis euros (6.615.686,00€). Concluiu que a recuperação é uma diminuição de cento e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e dois euros (171.252,00€), no seu ponto de vista as definições estão algo trocadas, e tal como já tinha sido referido nesta reunião “bate a bota com a perdigota”, mas também foi dito que o que falha é a introdução dos números e continua a não faltar habilidade política. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Referiu que a Senhora Deputada Odete Ganilha não deveria retirar as frases do seu contexto e deveria ter lido as mesmas até ao fim, porque o que é citado nos documentos é: (...) *“o que por si só limita a ação do novo executivo na projeção de novas opções”*. Declarou que quando se quer ser correto não se retiram do contexto as palavras que se escrevem, é bom que se leia tudo até ao fim e que não se fique nas meias frases, que é para não se tentar enganar ninguém. Indicou que lamenta que a Senhora Deputada Odete Ganilha tenha estado distraída, porque se tivesse estado atenta há uma parte da sua intervenção que não fazia, porque tal como já tinha sido explicado o aumento das horas extraordinárias e dos custos com pessoal que está explanado no documento inicial do Plano de Atividades e Orçamento de 2017, não corresponde ao valor que foi gasto até à data desta sessão. E no que diz respeito à contratualização de prestação de serviços e avenças, em agosto de 2017 já havia rúbricas ultrapassadas, estava contrariado um dispositivo legal. Inclusivamente foi feito um despacho para isentar, mas que já não foi a tempo, porque não teve retroatividade. -----

Mencionou que se porventura a Senhora Deputada Odete Ganilha estivesse atenta a alguma informação, que já foi levada a reunião de Câmara, tinha percebido que em agosto e depois em setembro, houve rúbricas orçamentais que foram ultrapassadas em muito e a esta data são quase o dobro. A análise deve ser feita com base no que foi gasto até ao final de 2017, não é em relação ao Orçamento inicial, tal como já tinha frisado na sua primeira intervenção sobre esta matéria, contudo a Senhora Deputada Odete Ganilha não quis ouvir e não quis alterar o seu discurso. Declarou que a habilidade política estava a ser feita pela Senhora Deputada e não por si, embora também tivesse essa habilidade política, ainda assim, era honesto nas ações e nas apreciações que fazia. Considerou não ser correto ouvir explicações prévias sobre a matéria e ainda assim referir-se ao mesmo assunto, como se não tivesse ouvido, como se não tivesse percebido, isso no seu ponto de vista não é correto. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, interveio para defender a sua honra, que no seu ponto de vista, foi colocada em causa. O Senhor Presidente da Mesa concordou que a Senhora Deputada tinha todo o direito em intervir, contudo pediu-lhe somente que aguardasse o término da intervenção do Senhor Presidente da Câmara para depois usar da palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu a sua explanação referindo que se a Senhora Deputada Odete Ganilha ficou ofendida com as suas palavras, poderia dizer o mesmo de outra forma, que a Senhora Deputada foi incorreta na sua explanação. -----

Deu conhecimento que há a necessidade de contratar motoristas, e não é porque tenha alguns amigos para meter no quadro da Câmara, mas porque um dos funcionários da Câmara, que é motoristas de pesados já se reformou e mais dois manifestaram a intenção de iniciarem o processo de aposentação. No que diz respeito a custos com prestação de serviços e custos com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

peçoal, referiu que já tinha dado explicação de haver essa disparidade em relação ao ano de 2017. Questionou se não ficará mais acessível para o Município contratar um funcionário, do que pagar quase três mil euros (3.000,00€) de prestação de serviços por mês. No seu entendimento, o custo é menor se o funcionário for do Quadro da Câmara, em vez de ter que pagar a uma empresa de fora, para colocar trabalhadores no Município, numa situação, que do seu ponto de vista, é irregular, porque para um trabalho que hierarquicamente se quer dependente da Câmara não se pode meter um funcionário de uma empresa. Explanou que à data desta sessão o Município tem quatro funcionários nessas circunstâncias, um deles, inclusivamente, está em regime de recibo verde com uma empresa que o colocou aqui em regime de outsourcing. Referiu que em suma, há coisas que têm de ser corrigidas e as Câmaras não podem cometer estes erros em relação ao pessoal, têm que dar exemplos sérios. No que diz respeito à designação clara da formação académica de quem pode ser admitido ao concurso de Contabilidade, esclareceu que o Município não precisa de um gestor de empresas, precisa de um contabilista, no entanto ia-se analisar se seria possível dar maior abrangência de dar espaço, para que mais pessoas possam concorrer. -----

No que diz respeito à Relva da Reboleira, concordou que era evidente que aquilo não está a correr bem e há dívidas que já foram abordadas na Assembleia. Deu conhecimento que já reuniu com o concessionário do espaço e há dívidas que não estão pagas à Câmara e são reclamadas reparações no espaço em contrapartida de dívidas que acham que não têm que pagar. Alertou que ainda está por regularizar a telecadeira da pista de Ski. Admitiu que no primeiro mandato em que presidiu a Câmara, também não teve condições para resolver essa situação, contudo também não estava na gestão da Autarquia quando o complexo foi construído. A verdade é que o mesmo foi construído sem condições para licenciar a telecadeira. Assegurou que se há a pretensão de recuperar aquele espaço, é premente pensar-se, seriamente, que a telecadeira tem que ser licenciada, sendo essa a obrigação da Câmara. -----

Agradeceu as sugestões e preocupações deixadas pelo Senhor Deputado Nuno Soares, disse que gostou muito do seu discurso, inclusivamente, quase todos estiveram alinhados, houve apenas uma intervenção que desalinhou neste contexto. Considerou que todos estavam de acordo que têm que cooperar, colaborar, sendo que aceitava a cooperação de todos, desde que a mesma seja bem-intencionada. No que concerne aos estabelecimentos de animação noturna e outros, os mesmos são de iniciativa privada. Disse não ter dúvidas, que quando Manteigas der um salto qualitativo, em termos da atividade turística, haverá operadores privados que irão investir nessas áreas, que irão perceber que Manteigas tem lugar e espaço para eles poderem investir. E, certamente, que esses operadores irão perceber que poderão incubar as suas empresas no Ninho de Empresas, que atualmente não tem empresas, tal como foi dito pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado Pedro Leitão a quem agradeceu a intervenção que teve nesta reunião. Disse que é bom ter intervenções deste tipo, que quando é preciso ser politicamente oposto e quando é preciso dizer politicamente os assuntos com rigor, tal é feito. -----

Concordou com o Senhor Deputado Pedro Leitão no que diz respeito ao Ninho de Empresas, contudo reiterou que considerava que os privados vão ter o seu espaço e a sua oportunidade para começarem a apostar na sua terra e também se pretende que os investidores de Manteigas não saiam do concelho, criem economia em Manteigas e se possível, que possam incentivar outros a vir. -----

Referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro falou no plano de trânsito, que é necessário, tendo-lhe agradecido as sugestões que deixou. No que diz respeito às lombas situadas na entrada da vila, indicou que como Presidente da Câmara não tem uma atitude revanchista de deitar abaixo o que foi feito pelos outros, mas é necessário resolver aquele problema, porque quando algo está errado tem que se corrigir. No que diz respeito às luminárias LED, disse que ia tentar saber como está o processo, mas para já não tinha informação para dar sobre essa matéria. O Ribeiro das Forneas tem prevista uma intervenção mais profunda, que iam tentar que fosse executada já em 2018. No que concerne ao Ribeiro da Vila informou que a obra está adjudicada, sendo que estão a tentar que tudo seja feito o melhor possível. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse ao Senhor Deputado Pedro Leitão que, enquanto Presidente da Câmara, não ia propor ao Executivo que tomasse uma posição no que diz respeito ao licenciamento da obra, só tinha que em tribunal defender que a obra está bem licenciada, porque um licenciamento não se negocia, não há nenhum advogado ou particular que consiga negociar consigo um licenciamento, porque negociar um licenciamento significa vigarice. Ninguém vem propor à Câmara depois de ter um processo em tribunal que se negocie a emissão da licença para se retirar a queixa do tribunal. A Câmara não vai tomar posição sobre sua proposta, enquanto Presidente da Câmara é uma das suas competências, representar a Câmara e defendê-la em Tribunal, na medida do reconhecimento e da legitimidade da emissão da licença de construção. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, tomou a palavra para esclarecer que a sua intervenção não foi nesse sentido. Apenas queria saber em que termos a Câmara se vai opor à ação que está em tribunal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu continuidade à sua explanação, indicou que a Praça da Liberdade tem previsto, para 2018, uma verba de vinte e cinco mil euros (25.000,00€), porque é apenas para o projeto e concurso de ideias, que vai ter três prémios monetários, que serão escalonados consoante a posição em que fiquem. Para 2019 já tem previsto mais investimento, porque a Praça da Liberdade está incluída no PARU e a segunda fase só abrirá no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

final de 2018, início de 2019, segundo o que foi referido pela CCDR. Face ao exposto, considerou que não vale a pena colocar já esse valor em 2018, quando ainda tem que se fazer todo este percurso do concurso de ideias, desde a escolha do projeto, que será feita com a intervenção do público, à atribuição de prémios. Explanou que se pretende dotar Manteigas de um local aprazível, acolhedor, pretende-se tornar Manteigas numa vila mais moderna do que é. Recordou que no anterior mandato em que foi Presidente da Câmara, deixou uma maquete na Câmara, para este efeito, que foi elaborada por um Arquiteto do concelho, que depois foi posta de parte. Declarou que os Executivos têm toda a legitimidade para fazerem as suas escolhas e que não discutia essa matéria, contudo esse projeto já previa a transição entre a zona mais antiga da vila e a Praça, que está em frente à Barbearia do Senhor Vítor. A Praça Central da Vila é um projeto transversal e já estamos no terceiro mandato em que este projeto é transversal. Concordou com o Senhor Deputado Nuno Soares, no sentido de que Manteigas necessita de mais estacionamentos. Deu conhecimento que logo nas primeiras semanas de exercício deste mandato, incumbiu os serviços técnicos do Município para definirem espaços onde possam ser feitos parques de estacionamento para servirem convenientemente a população residente e aqueles que nos visitam. Agradeceu a chamada de atenção feita pelo Senhor Deputado Nuno Soares. -----

Informou que para a Sotave está prevista uma verba de cento e sessenta e nove mil euros (169.000,00€) em 2018, que se destina à pavimentação em volta do espaço, com a finalidade de o tornar mais atrativo, para que os empresários se fixem no local. Esclareceu que o Centro de Energia Viva de Montanha envolve o montante de quinhentos mil euros (500.000,00€), trata-se de uma candidatura que já está feita e aprovada, já foi assinado o contrato de financiamento com o Turismo de Portugal e do seu ponto de vista, é um projeto interessante, assim se saiba fazer evoluir. Explicou que terá uma parte ilustrativa de como se produz energia com qualquer coisa, tendo a participação de crianças e adultos que possam visitar o espaço. Por último, agradeceu à Senhora Deputada Bárbara Sabino o facto de ter chamado à atenção para o programa "Recuperar e Arrendar", que tem uma dotação financeira de quarenta mil euros (40.000,00€) para a aquisição de casas antigas, habitações degradadas, casas que estão desocupadas no centro Histórico, a quem ninguém liga e que o Município irá adquirir para recuperá-las e coloca-las no mercado de arrendamento social. Explicou que há uma linha de financiamento, há candidaturas para este efeito, especificamente para os Municípios. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, solicitou a palavra, em defesa da sua honra, fez uma intervenção dirigida ao senhor Presidente da Câmara através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa, que em seguida se reproduz: -----

"A minha honra profissional, ética, intelectual e pessoal, seja ela onde for, não é de todo o seu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

papel avaliá-la, na posição que aqui tem, nem admito que tal seja posto em causa pelo Senhor Presidente da Câmara ou por quem quer que seja, nesta Assembleia ou fora dela. Foi a primeira e a última vez que tal aconteceu. A prova disso mesmo é que após cinco anos de licenciatura em Gestão de Empresas e inscrição na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, quotas pagas e após ter dito, agora mesmo, que o concurso para Contabilidade não abrange a licenciatura em Gestão, atualmente, e que depois poderá vir a ser analisado e com uma abrangência maior. Independentemente disso tudo, a minha honra, que é esta que tenho aqui e que vou sempre ter e tenho dois filhos em casa, não lhe volto a admitir tal definição aqui nem fora daqui. A minha honra, é que vou continuar a dizer o que quer que seja, aqui ou fora daqui, para o bem de Manteigas, em defesa da minha honra e em relação aquilo que acho que está correto.” -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, deu como encerrado o período de apreciação e discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos. Colocou as **Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2018** à votação, tendo sido **aprovados por maioria, com nove abstenções e dez votos a favor.** -----

O Senhor Presidente da Mesa apresentou uma declaração de Voto que em seguida se transcreve: -----

“Tal como votei no último ano do último mandato favoravelmente o Orçamento, independentemente do Partido, eu confio-o nas pessoas e cá estarei para emendar a minha mão no próximo ano”. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, solicitou a palavra, disse que a sua intervenção não se tratava de uma declaração de voto, apenas ia no sentido de deixar firmado que o Unir e Mudar Manteigas, mesmo não tendo aprovado o Orçamento, e fazendo das palavras de muitos outros as suas palavras, estão nesta Assembleia para trabalhar, para fiscalizar e não é acefalamente, mas, reiterou, que estão neste Órgão Deliberativo para trabalhar. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares leu uma declaração de voto, em nome da Bancada do PPD/PSD, que em seguida se reproduz: -----

“Declaração de Voto

Nos dias que correm, muitas vezes pela azáfama diária, damos por nos a utilizar e relativizar certos nomes, sem sequer tomar no devido cuidado o seu significado.

E o caso que hoje aqui se nos apresenta é uma dessas situações.

Temos em mãos a discussão de dois documentos, as Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos. De tão usuais que esses nomes se tornaram, alguns de nos até os chamamos carinhosamente de GOP e PPI.

Ora, olhando para a simplicidade dos nomes, e tendo algum cuidado com eles, diríamos que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

espera nas GOP que sejam um plano, que lance linhas de futuro, que apresente uma visão de médio e longo prazo.

Que representem opções, escolhas, sejam elas de ordem política, financeira, social ou de outra ordem.

Que representem projetos de dimensão que saiam do simples quotidiano.

Ora não é isso que temos em mãos.

O plano não se vislumbra. As opções não se sentem.

Era anseio de Manteigas que o turismo fosse um forte guia da vida do concelho.

Esse anseio começou a materializar-se com o forte investimento em unidades hoteleiras que assistimos neste momento e que se espera, em breve, seja incrementado com o início das obras daquela que será a maior e mais qualificada unidade hoteleira do concelho.

Ora isto terá implicações, implicações essas que compete ao executivo planear e coordenar, mas nestes documentos não vislumbramos ideias nem planos para as contingências que poderão acontecer.

O previsível financiamento de postos de trabalho que a Câmara terá que fazer, atendendo aos regulamentos em vigor, está devidamente pensado, na sua forma e valores?

Tendo em conta que dentro de poucos meses poderemos ter, em dias de ponta, um acréscimo populacional de mais de 300 pessoas no concelho, estão devidamente previstos os picos de consumo de água, por exemplo?

Quais as consequências em termos de estacionamento e circulação para os residentes?

Quais as consequências em termos de serviços camarários, quer internos quer externos?

Que tipo de articulação será feita com os agentes económicos para dinamização de atividades que permitam aos visitantes conhecer e desfrutar das potencialidades concelhias? Das suas paisagens e características endógenas? Dos seus equipamentos?

Não temos nada sobre isso neste documento.

Ora isso não é um bom augúrio. Ficámos sem saber o que pensa o executivo sobre estes assuntos, sobre as soluções que se adotarão para resolver estas e outras questões pertinentes que se colocarão em breve.

O mesmo poderíamos dizer em relação ao PPI, mas não repetiremos argumentos.

No entanto, atendendo aos nomes, ele deve ser para vários anos, um mandato no mínimo.

Ele deve conter as escolhas, as orientações políticas, as linhas mestras e sua materialização sobre os mais relevantes investimentos do concelho.

Também não vislumbramos aqui novidades.

Na apresentação destes documentos concordamos com o executivo numa coisa. As escolhas anteriores condicionam o atual documento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

E ainda bem, acrescentamos nos.

Porque se assim não fosse, em vez de mais de 230 ações nas GOP, teríamos uma meia dúzia delas novas, e também essas quase impostas, por advirem sobretudo do orçamento participativo.

E fica também a herança das contas em dia, da dívida controlada e reduzida nos últimos anos em cerca de 2 milhões de euros, da reabertura da capacidade de obtenção de novos financiamentos de capital, de baixas despesas correntes e de custos com pessoal.

Cá estaremos para aprovar os financiamentos necessários e que se mostrem frutíferos para o concelho.

Porque estes documentos são uma boa continuidade, em termos macro, das políticas anteriormente implementadas pelo executivo PPD/PSD, viabilizamos com a abstenção a sua aprovação.

Senhor Presidente da Câmara, neste primeiro ano, damos-lhe o benefício da dúvida.

Entenda este voto como a abertura que o Grupo Municipal do PPD/PSD tem e sempre teve para cooperar no desenvolvimento de Manteigas.

Somos e seremos intransigentes na defesa de Manteigas e das suas gentes, não deixamos que a realidade nos ultrapasse nem que tenhamos que correr atrás das situações.

Há muito trabalho de planeamento a realizar, há muitas conjugações que serão necessárias.

Esperamos do executivo uma resposta à altura.

Manteigas, 29 de dezembro de 2017

Luís José dos Santos Melo

Nuno Manuel Matos Soares

Odete da Graça David Ganilha

Eduardo de Matos Monteiro

Joaquim Fonseca Albuquerque

Patrícia Alexandra dos Santos Martins

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves”

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a chamada de atenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, para o facto de a sua intervenção, no início desta sessão, ter sido muito extensa. Explicou que tal sucedeu porque considerou pertinente, antes dar início aos trabalhos desta Assembleia, fazer a descrição de toda a metodologia que seria seguida nos quatro anos do mandato deste Órgão Deliberativo. Indicou que se esqueceu de solicitar os contactos telefónicos dos Senhores Deputados, como tal pediu posteriormente sejam facultados à Dra. Fernanda Cardoso, para se for necessário, poder entrar em contacto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

direto com os Senhores Deputados, por uma questão de celeridade de determinados processos. Anunciou as datas em que iriam decorrer as reuniões da Assembleia Municipal no ano de 2018: 23 de fevereiro; 20 de abril; 29 de junho; 28 de setembro; e 30 de novembro. -----

PONTO 3.14 -----

DELIBERAÇÃO SOBRE A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO NÚMERO 1, DO ARTIGO 6º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra sobre esta matéria. Verificando que não havia inscrições, colocou a **Autorização Prévia no âmbito da Lei do Compromissos, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. No momento da votação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro não se encontrava presente para exercer o seu direito de voto. -----

PONTO 4.-----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino no uso da palavra fez referência que na página 15 da Informação, verifica-se a existência de um processo em que os denunciados são desconhecidos e o queixoso é o Senhor Vereador José Manuel Cardoso, na altura, na qualidade de Vice-Presidente. Indicou que gostaria de saber do que se trata este processo. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão alertou que essa informação pode ser cedida ou não dependendo da fase em que se encontra o processo, pode estar em segredo de justiça, sendo que não aconselhava ninguém a falar sobre essa matéria. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais, concordou com o Senhor Deputado Pedro Leitão, contudo referiu que não descurando o mérito da questão, e sem entrar em pormenores da queixa, portanto falando de uma forma vaga, questionou se o Senhor Presidente poderia informar a Assembleia que tipo de crime aqui está em causa, se é um crime contra a vida, contra o património, contra a integridade física, contra a honra. Fez esse requerimento à Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara indicou que no momento não tinha qualquer informação sobre o processo, contudo podia solicitar esclarecimentos aos serviços competentes e posteriormente endereça-los à Mesa da Assembleia Municipal. Disse que presumia que essa queixa seja no exercício das funções de Vice-Presidente, que na altura eram desempenhas pelo Senhor Vereador José Cardoso. -----

PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro, no uso da palavra leu uma declaração do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Grupo Municipal do Partido Social Democrata, que em seguida se transcreve: -----

“Como o Senhor Presidente desta Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e os Srs. Deputados desta Assembleia sabem, foi na última semana recebida na casa de todos os Manteiguenses, esta correspondência, trata-se de uma carta enviada pelo Dr. João Tomás e pela sua esposa e que aborda a questão da Pousada de São Lourenço.

O Grupo Municipal do PSD quer transmitir a esta Assembleia e a todos os presentes que apoio o investimento em causa bem como qualquer outro a ser feito no nosso concelho. Pois caso o referido investimento seja posto em causa, este facto pode e certamente causará retração a futuros investidores em Manteigas.

Manteigas, 29 de dezembro de 2017”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro disse que pretendia apresentar um voto de louvor, mas antes queria fazer uma introdução ao artigo que a competente Inês colocou na página do Notícias de Manteigas. Declarou que isto era para si como uma espécie de “sobremesa”, porque todos reconhecem na educação um elevador social. Atualmente, todos dependem, pelo menos em termos profissionais, da escola que tiveram. Recordou que, desde que pertencia nesta Assembleia, era a segunda vez que fazia uma proposta de louvor sobre a Educação. Deu conhecimento que o Agrupamento de Escolas de Manteigas tem 0% de abandono escolar, quando a média em Portugal é de 35%. A União Europeia faz esforços e propõe medidas para o combate ao insucesso escolar e por esse motivo que através da CIM está destinada uma verba para o combate ao abandono e insucesso escolar. Manteigas como não tem insucesso escolar, diversifica as atividades. -----

Aliás o anterior governo, que era muito conservador sobre as questões pedagógicas, dava 30% ao ensino particular, que foi transferido para a escola pública e os resultados não mentem em termos de sucesso escolar, não houve diferença nenhuma. Mesmo no período em que se defendia uma escola tradicional a escola de Manteigas foi sempre uma escola inovadora, com liberdade pedagógica e didática. Explanou que por vezes defende-se o contexto, mas isso é uma falsa questão, há pessoas que são originários dos Bairros de Latas e são doutores, há pessoas que são refugiadas e são pessoas excelentes e também acontece o contrário. Reiterou que contexto é uma falsa questão e a prova está à vista, porque estas montanhas não contextualizam ninguém, pelo contrário abrem inspirações e esta notícia foi transmitida por alguém que foi Ministro da Educação e que é incluída no Atlas da Educação. A escola não é só as incivildades que por vezes são retratadas, também são estes grandes milagres, porque a Escola de Manteigas é considerada um milagre. -----

Apresentou à Mesa da Assembleia uma proposta de voto de louvor, que leu e que em seguida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se reproduz: -----

“Proposta de voto de louvor ao Agrupamento de Escolas de Manteigas

Eu abaixo assinado, Joaquim Neves Biscaia, membro da Assembleia Municipal de Manteigas, face aos excelentes resultados obtidos pelos alunos do Agrupamento de Escolas de Manteigas, reconhecidos e divulgados a nível nacional por entidades e especialistas em Ciências da Educação, propor e solicitar às Senhoras e Senhores Deputados desta Assembleia Municipal, um voto de louvor a favor de todos os agentes educativos, extensível a todas as entidades que, contribuíram para o reconhecimento desta diferenciação pedagógica e didática, que em muito dignifica o território educativo do Concelho de Manteigas.

Manteigas, 29 de dezembro de 2017

O Proponente

Joaquim Neves Biscaia

E subscrita por:

António José Ascensão Fraga

Oriana Marina Celto Abreu Morais

Luís Ferrão Saraiva

António Miguel Aldeia Carvalho

Odete da Graça David Ganiha Almeida

Daniel António Quaresma Costa

Eduardo de Matos Monteiro

Alfredo Serra de Carvalho Marcelo

António Pedro Santos Leitão

Joaquim Martins Fonseca Albuquerque

José Manuel Novo de Matos

Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino

Patrícia Alexandra dos Santos Martins

Joaquim Neves Biscaia

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves”

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou a **proposta de voto de louvor ao Agrupamento de Escolas de Manteigas, apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes e por aclamação.** No momento da votação o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria não se encontravam presentes para exercerem o seu direito de voto. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro referiu que a salva de palmas é dirigida aos pais deste concelho que são humildes, que confiam os filhos à escola e que não questionam a autoridade escolar e aos excelentes alunos que têm passado por esta escola. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa alegou que o facto de as pessoas viverem neste Covão aumenta muito as sensibilidades artísticas: a música, a poesia. Na sua opinião as pessoas deste concelho, por esta envolvência geográfica, têm características muito especiais, para além dessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

humildade e dessa necessidade de aprenderem que possuem. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais alertou para o facto de que Manteigas se superou e nada disso seria possível sem o excelente património humano que tem o concelho. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo, solicitou a palavra, indicou que é visível que a vila está a mudar, desde a limpeza do cemitério, à entrada da vila. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fosse diligenciado junto da Junta Autónoma de Estradas, no sentido de essa entidade sinalizar melhor a pintura da facha de rodagem da estrada 232 Manteigas-Gouveia-Seia, porque é muito perigoso transitar com nevoeiro nessa estrada, para não falar no estado do piso. No que concerne à Biblioteca, disse ser uma obra nova, recentemente inaugurada, contudo foi mal construída, pois entra frio, chuva e humidade. -----

No que diz respeito à questão dos Baldios/Casa das Penhas Douradas, indicou que já há muito tempo que está ligado a este processo, porque pertenceu aos Baldios. Lamentou que haja muita gente que fala em praça pública, no entanto recentemente houve duas Assembleias de Compartes e quase ninguém esteve presente. Declarou que se a população de Manteigas tivesse estado presente, em peso, nessas reuniões, talvez os Baldios tivessem outra atuação. Afirmou que toda a gente está interessada em que este problema se resolva. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que só não percebia como é que só ao fim de oitenta anos é que os Baldios descobriram que o espaço da Pousada lhes pertencia, quando a legislação dos Baldios começou finalmente a surtir efeitos depois do 25 de Abril. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo esclareceu que existe um mau entendido sobre esta matéria, na medida em que os Baldios não reclamam o terreno da Pousada. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga fez uso da palavra, indicou que eu compreendia que o Senhor Presidente da Câmara não tivesse uma atitude revanchista relativamente às lombas da entrada da Vila, mas apenas se pretende que as mesmas sejam corrigidas, porque não estão bem. Pediu esclarecimento relativamente ao projeto que se tem em vista para o antigo edifício dos Serviços Florestais, trata-se de um espaço nobre que merece outro uso. No que diz respeito à Expo-Estrela considerou que os operadores económicos ficariam dececionados se não houvesse este certame, contudo recomendou que a imagem do evento seja alterada, de modo a ser mais apelativo e atrativo. No que concerne à sinalização do concelho, recomendou que no final da descida que vem da Rua das Obras, seja colocado um sinal de proibido virar à direita, para evitar que as pessoas entrem em contramão na Rua Dr. Sobral. -----

Deixou o seu lamento por antes da campanha eleitoral, ter sido remetida uma missiva aos munícipes, cujo conteúdo dizia que as pessoas deveriam dirigir-se ao Balcão Social para requerer a comparticipação dos medicamentos, que tinha um limite de cento e vinte euros (120,00€) por ano. Declarou que afirmava o mesmo que já tinha dito como Vereador na altura,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se para alguns doentes essa comparticipação será suficiente para outros não chegará. Recomendou que um dia essa situação seja repensada. Explicou que aquilo que lamentava é que a carta tem data de 17 de agosto de 2017, quando o regulamento só foi publicado e entrou em vigor a 16 de novembro de 2017. Solicitou que esta situação não se volte a repetir, porque as campanhas eleitorais têm limites, isto é ludibriar os munícipes. Por último, deixou votos de boas festas e um bom ano de 2018. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais, pediu a palavra, disse que não pretendia pronunciar-se sobre processos pendentes, os tribunais são soberanos e devem seguir o seu curso. Afirmou que tem esse dever deontológico, porque as partes também são soberanas, cada uma no seu contexto, podem conciliar-se, ainda assim, enquanto eleita local, eleita pelo povo, em nome do povo e em representação do povo, compete-lhe um papel muito humilde, sendo que lhe cabe dizer o seguinte: da mesma forma que o esbulho não serve para viabilizar um projeto empresarial, também o esbulho não pode servir para inviabilizar nenhum projeto empresarial. Todos os empresários podem e devem ser bem-vindos e bem acolhidos em Manteigas, mas todos, e todos por igual. Todos os empresários para virem podem e devem ser beneficiários de mediadas proativas e positivas que incentivem os investimentos a todos, por igual. Querem apoiar, apoiem e todos os apoios serão sempre poucos. Se as medidas não estão regulamentadas, então regulamentem-nas, para termos um procedimento ético, correto, para todos terem as mesmas oportunidades. -----

Explanou que quando um empresário se instala em Manteigas estabelece sinergias com a população, com os outros operadores económicos, sinergias que no seu entendimento são mais ou menos espontâneas. Uma vez dá-se, outras vezes recebe-se, umas vezes irá dar-se mais, outras vezes irá se receber mais ou menos, é mesmo assim. Declarou que aquilo que não aceita é uma aposição do alto das tamancas, chamada daquele que é o conceito jurídico puro de empresa, de um empresário perante uma população. Manteigas acolhe e acolhe bem, salvo uma ou duas exceções em que acolheu mal e não foi Manteigas, porque esse mau acolhimento tem responsáveis. Reiterou que Manteigas acolhe e acolhe bem, Manteigas dá, precisa, mas não precisa de caridade. Repetiu que são sinergias que se devem estabelecer de forma espontânea e gratuita. -----

----- O Senhor Deputado Daniel Costa, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, disse que concordava plenamente com a opinião da Bancada do PSD expressa na declaração que foi lida pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, relativamente à questão dos Baldios e da Pousada de São Lourenço. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão deixou uma sugestão ao Órgão Executivo, uma vez que se tem falado em reabilitar a imagem da vila, podia-se começar a pensar em enterrar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cabos elétricos, que atravessam as nossas ruas, porque são horríveis. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa fez alusão que o Senhor Deputado Nuno Soares na reunião preliminar, recordou que faltava eleger representantes da assembleia Municipal para o Conselho Municipal da Juventude e para o Conselho Económico Social, portanto esses pontos serão agendados para a próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

Deu conhecimento que como pretendia fazer uma intervenção como Deputado da Assembleia, delegava na Senhora Primeira Secretária a presidência da Mesa e ocupava o seu lugar como Deputado do Órgão Deliberativo. (Assim sendo, doravante será designado de “Senhor Deputado José Novo de Matos”, cada vez que for necessário fazer referência à sua pessoa, até ao momento que voltar a ocupar, novamente, o seu lugar na Mesa como Presidente da Assembleia). -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais interveio, colocou um ponto de ordem à Mesa, disse que apesar de entender e respeitar que o Senhor Presidente da Mesa presida a esta mudança de cadeiras, a verdade é que em termos jurídicos há uma suspensão de funções temporária, como tal pediu à Mesa que informasse qual é que é a norma legal em que se baseia para esse efeito. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos elucidou que como Presidente de qualquer Assembleia não podia tomar partido, nem colocar questões de cariz político, nem optar seja por que partido for. Afirmou que o seu papel como Presidente da Mesa não pode ser de porta-voz da CDU. Declarou que ou preside à Mesa ou é porta-voz, legalmente as duas funções não é possível. Referiu que segundo o que vem explanado no livro “Assembleia Gerais” de Roque Lino, quando um Presidente das Assembleia quer intervir, retira-se da posição de Presidente, passa a presidência da Mesa para o Primeiro Secretário da Mesa, ocupa a sua cadeira enquanto Deputado da Assembleia e aí faz a sua intervenção, na qualidade de Deputado. Isto é obrigatório por lei. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais disse que não concordava com a posição do Senhor Presidente da Mesa, porque na realidade não é a Senhora Primeira Secretária que está a conduzir a Assembleia. Declarou que o Senhor Deputado José Novo de Matos continua a conduzir os trabalhos da Mesa, apenas mudou de lugar. Explicou que não concorda com a opinião do Senhor Deputado José Novo de Matos, porque o Presidente da Mesa da Assembleia não é eleito diretamente, é eleito pela Assembleia Municipal. O que significa que é sempre necessariamente um Deputado da Assembleia Municipal que ocupa a função na Mesa, essa é a génese. Clarificou que se fosse eleito diretamente, o Senhor Deputado José Novo de Matos não estaria a ocupar o lugar de Presidente da Mesa, mas está democraticamente e declarou que aceita isso. Contudo, o Presidente da Mesa nunca deixa de ter na sua base uma eleição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

enquanto Deputado da Assembleia Municipal, daí que não haja uma distinção de funções de Deputado Municipal e de Presidente da Mesa. Concordou que o Senhor Presidente da Mesa quando conduz os trabalhos deve agir com isenção, e certamente que o faz. No entanto, reiterou que juridicamente aquilo que a Assembleia Municipal assistiu foi o suspender a sua função de Presidente da Mesa. Questionou qual é a norma habilitante, porque os órgãos da Administração e mesmo um órgão de uma Assembleia Municipal está sujeito a princípios, o primeiro e primordial na sua opinião, é o princípio da legalidade e da tipicidade. Ou seja, o Presidente da Mesa só pode fazer aquilo que a lei lhe permite fazer, por esse motivo questionou qual é lei que o habilita a fazer isso. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, tomando novamente o seu lugar na Mesa da Assembleia Municipal, referiu que tal como já tinha referido o livro intitulado “Assembleias Gerais de Roque Lima define as normas legais pelas quais uma Assembleia se deve reger. Sendo que terá todo o gosto de na próxima reunião do Órgão Deliberativo trazer essa obra que os Senhores Deputados tenham conhecimento da mesma. Explicou que ia fazer a sua intervenção no lugar de Presidente da Mesa, embora considera-se não ser essa a forma correta nem legal para intervir. Leu uma moção que em seguida se transcreve: -----

“Moção pela eliminação das portagens na A23 e A25

A não aplicação de portagens nas chamadas SCUT foi sempre justificada com a necessidade de compensar as regiões do interior do país com medidas de discriminação positiva tendo em conta as minifestas assimetrias regionais existentes.

A introdução de portagens na A23 e A25 há 6 anos, tem tido consequências profundamente negativas para as populações e para o tecido económico das regiões atingidas. Trata-se de uma dupla discriminação das regiões do interior.

Num momento em que tanto se apela às medidas para o Interior do País a Assembleia Municipal de Manteigas considera que há muito que esta questão deve ser revista, sendo que a redução em 15% do valor das portagens implementadas nas ex-SCUT revelou-se insuficiente. A garantia da acessibilidade e mobilidade das populações mas também de mercadorias, o apoio ao desenvolvimento regional, exige a eliminação das portagens nestas vias.

Salientamos ainda que quando se verificam necessidades de obras nas estradas nacionais, a alternativa viável é a A23 sem que isso tenha sido até hoje resolvido, face aos custos que implicam para os utilizadores e que urge igualmente uma resposta aos municípios e aos utilizadores.

A introdução de portagens nas A23 e A25 continua a merecer um generalizado repúdio por parte das populações, autárquicas e associações empresariais afetadas.

Neste sentido, a assembleia Municipal de Manteigas reunida a 29 do mês de dezembro de 2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reafirma:

- A exigência da abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da A23 e A25.
- A necessária resposta sempre que se verificarem obras nas estradas alternativas sem custos para os utilizadores até à abolição de portagens.

José Manuel Novo de Matos

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra sobre esta Moção. Verificando que não havia inscrições para intervir, colocou a **Moção pela eliminação das portagens na A23 e A25** à votação tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão sugeriu, relativamente ao assunto do modo de intervenção do Deputado Dr. Novo de Matos fora da qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, que fosse consultada a CCDR sobre o modo legal de tal acontecer. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que tinha que se aprovar em minuta todas as deliberações que foram aprovadas nesta sessão da Assembleia Municipal. Como tal, questionou se alguém desejava usar da palavra sobre esta matéria. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três um, o ponto três dois, o ponto três três, o ponto três quatro, o ponto três cinco, o ponto três seis, o ponto três sete, o ponto três oito, o ponto três nove, o ponto três dez, o ponto três onze, o ponto três doze, o ponto três treze e o ponto três catorze**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma **aprovada por unanimidade dos presentes**, portanto tal deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

O Senhor Presidente da Mesa, questionou se mais alguém desejava usar da palavra, verificando que não havia inscrições, desejou a todos os presentes umas boas entradas e um bom ano de 2018. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa -----

----- *José Manuel Novo de Matos* -----

----- A 1ª Secretária -----

----- O 2º Secretário -----

----- *Patricia Alexandra dos Santos Martins* -----

----- *Daniel António Quaresma Costa* -----